

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 16-6-2021.

---

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Jessé Sangalli, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 218, 219, 220, 221, 222 e 223/21 (Processos nºs 0579, 0580, 0581, 0582, 0583 e 0584/21, respectivamente), de autoria de Claudio Janta; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 224 e 225/21 (Processos nºs 0585 e 0586/21, respectivamente), de autoria de Idenir Cecchim. Também, foi apregoado o Ofício nº 885/21, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 013/21 (Processo nº 0601/21). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, Pedro Ruas, Bruna Rodrigues e Idenir Cecchim. Na oportunidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Felipe Camozzato, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 009/21, discutido por Pedro Ruas, Jonas Reis, Claudio Janta, Idenir Cecchim e Leonel Radde. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 001/21, discutido por Jonas Reis, Fernanda Barth e Hamilton Sossmeier, e 044/21, discutido por Claudio Janta; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/21, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 005 e 007/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 003, 124 e 165/20, 029, 041, 042, 125, 140, 141, 184, 188, 192, 207, 150, 191 e 208/21, estes três discutidos por Claudio Janta, os Projetos de Lei do Executivo nºs 006 e 008/21 e os Projetos de Resolução nºs 024 e 025/21. Também, Bruna Rodrigues pronunciou-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se José Freitas e Moisés Barboza. A seguir, foi aprovado requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia vinte e três ao dia vinte e nove de junho do corrente. Às dezesseis horas e vinte e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 063/21 (Processo nº 0212/21), o qual, após ser discutido por Leonel Radde, Comandante Nádia e Matheus Gomes, teve sua discussão adiada por uma sessão, a requerimento, aprovado, de autoria

de Leonel Radde. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 045/21 (Processo nº 0152/21), por trinta e cinco votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram votados conjuntamente e aprovados os Requerimentos nºs 138 e 167/21 (Processos nºs 0394 e 0506/21, respectivamente). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 132/19 (Processo nº 0283/19), após ser discutido por Alvoni Medina, Jonas Reis, Claudio Janta, Leonel Radde, Alexandre Bobadra, Reginete Bispo e Mauro Pinheiro e encaminhado à votação por Jonas Reis, Moisés Barboza, Aldacir Oliboni e Claudio Janta. Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e três minutos às dezoito horas e doze minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 084/18 (Processo nº 0946/18), o qual, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, teve sua votação suspensa, em face da inexistência de quórum deliberativo. Durante a sessão, foi registrada a presença de Alexandre Borck, Secretário Adjunto do Município. Às dezoito horas e vinte e três minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Comandante Nádia, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde a todos e a todas; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Há quórum. Diretor Luiz Afonso, há matéria a ser apregoada?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadoras, vereadores e o público que está acompanhando a nossa sessão nesta quarta-feira. Em nome da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, do Ver. Jonas, do Ver. Leonel, da Ver.<sup>a</sup> Reginete e deste vereador que vos fala, quero fazer uma manifestação que, na verdade, dialoga com uma decisão, eu diria, equivocada, feita ontem pelo prefeito municipal de Porto Alegre, nosso ex-colega vereador, hoje prefeito, Sebastião Melo. O Sebastião Melo anunciou nas suas redes, ontem, o seguinte: “Acabo de assinar o projeto de lei para desestatização da Carris, precisamos discutir com a Câmara e a sociedade a remodelação do transporte coletivo. O modelo atual faliu, e o cidadão não pode mais ser penalizado com um mal serviço, que custa caro.” Em alguns termos nós concordamos com o senhor, prefeito, como por exemplo não só a indignação de o Comtu ter aprovado ontem a passagem mais cara do Brasil, a R\$5,20 – portanto, lhe parabenizamos pela atitude por não assinar esse aumento –, mas, ao mesmo tempo, queremos esse diálogo que o senhor está propondo. Por isso nós estamos encaminhando uma comissão especial aqui na Câmara, e ela já está na Ordem do Dia para a próxima semana, para que juntos possamos buscar uma saída, mas que nessa discussão da saída não seja necessário privatizar a Carris. A questão de entregar tudo, liquidar a Carris ou privatizar a Carris, as concessionárias atuais não vão resolver o problema do transporte público. Já foi liberado para eles mais de R\$ 80 milhões em tempos de pandemia, e eles continuam querendo subsídio. V. Exa., prefeito, chegou a dizer que preferiria, ao invés de passar os R\$ 6 milhões para a Carris, passar para a iniciativa privada, as concessionárias, mas isso não vai resolver, talvez possa melhorar um pouco o sistema e não subir tanto o valor da passagem se nós discutirmos alguns projetos que, de fato, ainda não conseguimos discuti-los e nem votá-los, alguns vêm da gestão anterior. Nós queremos ter esse tempo para discutir, prefeito, não dá para o senhor mandar um projeto de lei, muito confuso, que dá uma autonomia, uma carta branca para o governo fazer o que ele bem entende. Essa que é a verdade. São 2 mil trabalhadores na Carris, são 720 mil passageiros que passam a ter dificuldade com o transporte público, são algumas comunidades que não terão transporte público na porta da sua casa, ou os senhores acham que as concessionárias vão entrar aonde a Carris está entrando? Não. A discussão é muito pertinente, Ver. Pedro Ruas, Ver.<sup>a</sup> Reginete. Vereador-Presidente, o senhor deve liderar essa discussão, porque não é possível entregarmos um patrimônio da cidade ou até mesmo excluir, se abster dele e dizer que a Carris faliu. A Carris, há muito tempo, vem tendo déficit por gestão, e ela começou lá no governo Fortunati, com o senhor de vice-prefeito, meu nobre colega vereador, hoje prefeito Sebastião Melo. Lembra-se quando tinha o Pancinha, presidente da Carris? Tinham quase 50 CCs. Lembra-se das ações judiciais, que muita gente questionou, foi aberta discussão, investigação, foi o Ministério Público? Eu nem vou dizer aqui o final dela, porque foi um escândalo. Nós queremos esse tempo de discussão, prefeito, por isso, estamos nos dirigindo ao senhor para, então, discutirmos

alternativas para não vender ou liquidar a Carris. A Carris não é minha, não é sua, é da sociedade de Porto Alegre. Ela, para nós, tem um valor incalculável, humano, mas, acima de tudo, é balizadora da tarifa pública na Cidade. Imaginem os senhores entregar para as concessionárias atualmente, se eles, sequer, abrem as planilhas, abrem a caixa-preta, e eles recebem a compensação tarifária, e a Carris não recebe, só aí é um valor astronômico. Se a Carris está falida de fato, é preciso que se faça uma auditoria e apresente para nós esses dados. Por que estaria falida? Portanto, neste período de liderança do nosso partido, não queremos dizer que queremos discutir alternativas do transporte público, a começar pelos aplicativos, V. Exa., perfeito, disse que não foi regulamentada, mas o senhor é o prefeito e pode até regulamentar, criando novos mecanismo, desde que não prejudique o transporte público. Quer discutir as isenções? Vamos discutir as isenções. Porque, até então, os concessionários ganharam uma série de benesses: isenção de ISSQN, a retirada da gratuidade dos 60 aos 64 anos, e uma infinidade de outras, como, por exemplo, a renovação de frota que era de 10 anos, foi para 14 anos. Foram muitas as benesses recebidas, ou ações de governo recebidas pelas concessionárias. E qual foi a sinalização? A retirada da segunda passagem, e tantas outras coisas que prejudicaram a população. Hoje nem ar-condicionado tem por recomendação da própria pandemia, que é preciso circular o ar, portanto, reduziu o custo. Queriam demitir os cobradores, não foi possível, mas se pode discutir um projeto com os trabalhadores e com a sociedade para não liquidar a Carris. Portanto, deixo aqui o nosso recado e esperamos que ele seja ouvido, prefeito. Abraço, saudação.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Peço essa inversão da ordem dos trabalhos para podermos correr a 2ª sessão de Pauta do projeto da contratação emergencial dos professores. As lideranças podem usar o período de Pauta para se manifestarem, mas assim a gente já libera o processo para que eu possa puxar na CCJ já e começar a fazer o parecer para conseguir vencer essa etapa do processo legislativo, e vencer esse problema da contratação emergencial de professores. Também pergunto aos colegas se nós conseguiríamos fazer, eventualmente, uma reunião extraordinária conjunta das comissões, especificamente nesse tema, para conseguir já fazer um parecer conjunto e despachar esse processo.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** Concordo com a manifestação do Ver. Felipe Camozzato. Está correta a manifestação e a necessidade da urgência da discussão do projeto.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Estamos de acordo com o Ver. Felipe Camozzato, sei que esse tema tem uma certa urgência, sem problema nenhum, desde

que as pessoas se contenham, não precisa todos falarem, tem que ter um regramento para agilizar, conforme o Ver. Felipe Camozzato está solicitando.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O governo está de acordo?

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Agradeço a todos que se manifestaram, o governo, até por ser autor desse projeto, dá acordo sim.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, vereadores e vereadoras, eu queria seguir na linha do Oliboni, tratando o tema da Carris, embora confesso, Ver. Oliboni, que eu estou menos otimista, estou vendo o prefeito sem disposição nenhuma para o diálogo, porque, afinal de contas... Eu estava pensando, depois de algumas sessões com a pauta travada, em função da proposta de reforma da Previdência, esse ataque aos servidores públicos – não sei se o governo vai seguir tentando atacar através do aumento das alíquotas –, a pauta finalmente volta a discutir os projetos dos vereadores e das vereadoras. Mas agora, novamente, no dia de ontem, o governo vem com essa proposta, com esse projeto de liquidação da empresa Carris, esse é o nome usado “liquidação”, é disso que se trata, alienação, liquidação, mostrando que o governo só tem pauta prejudicial. Quando o governo pauta a Câmara dos Vereadores, olha, a conclusão, a derivação lógica é problema para a cidade, é atrapalhar o desenvolvimento, porque realmente esse projeto de liquidação da Carris é uma vergonha! É uma vergonha! Por que eu digo isso? Porque há um reconhecimento praticamente unânime, eu não conheço ninguém que sustente, de modo sério, que nós possamos ter um transporte de ônibus, um transporte coletivo sem subsídio estatal, não conheço ninguém em Porto Alegre que esteja sustentando isso. Bem, o transporte sem subsídio, em última instância, teria que ser todo ele baseado, como é hoje, no caso, na tarifa. Então, é lógico que a tarifa será cada vez mais cara. E quem paga uma tarifa cada vez mais cara? Os usuários que mais necessitam dos ônibus que, em geral, como regra, são os mais pobres, os que não têm carro, que não andam de veículo particular, os que estão acionando via Uber, via aplicativos, aqueles que não têm nenhuma opção vão para o ônibus, agora, uma parte, inclusive, deixando de ter a opção do ônibus, porque a tarifa é tão cara que as pessoas não têm recursos para poder bancar o seu transporte. Pois bem, o reconhecimento do subsídio é praticamente unânime, agora, nessa lógica: para quem o prefeito Sebastião Melo quer oferecer subsídio? Para as empresas privadas só, porque, na hipótese de o plano do governo dar certo, nessa hipótese da Carris ser liquidada, o que vai ocorrer? Vai ocorrer que ou as pessoas serão massacradas com tarifas cada vez mais elevadas, com preços cada vez

mais caros, ou vai se estabelecer algum nível de subsídio. Como o próprio governo já tem feito para as empresas privadas. As empresas privadas, Pedro Ruas, já estão recebendo subsídios. Ocorre que vão receber mais, ou, então, o preço vai ficar absurdo, e um preço tão absurdo as pessoas não têm condições de pagar, portanto, o sistema não consegue se sustentar de qualquer forma. Então, vai ter subsídios, só que para empresas privadas, quando temos uma empresa pública, que, sim, necessita de subsídio, se as empresas privadas, que tem um serviço pior, que tem ônibus mais velhos, que não tem serviço de ar-condicionado, as empresas privadas têm um serviço pior para a população. A Carris tem ar-condicionado, embora agora não estão gastando, mas a Carris tem o serviço melhor. A Carris necessita de subsídio, as empresas privadas também necessitam, o reconhecimento do subsídio é universal. Agora, com o fim da Carris, e, portanto, nesse caso, em tese, a cidade, em tese, a população, representada pelo governo, pela Câmara, a gente sabe que, na realidade, infelizmente, não é assim, porque os governos não têm respondido ao interesse da população, mas, de fato, com a alienação da Carris, o poder público fica sem capacidade de controlar, de gerenciar, de regular o transporte privado, fica totalmente na mão das empresas privadas, que durante 30 anos dominaram Porto Alegre, sem sequer ter licitação. A licitação é recente, uma luta que, por sinal, em grande parte tem a ver com o PSOL, o mandato do Ruas, porque o mandato do Ruas sempre teve esse tema do transporte com muito peso, de conjunto, o PSOL tem essa pauta. E agora, com isso concluo, Presidente, quero alertar os vereadores e as vereadoras que eu tenho um projeto de lei, que é o projeto de lei que não é uma elaboração privada minha, é uma elaboração que vem de Curitiba, uma iniciativa popular que veio do Paraná, que passou pelo governo anterior através do secretário Rodrigo Tortoriello,, que passou pela CUTHAB, quando eu presidia a CUTHAB, com técnicos da EPTC, com uma comissão que eu mesmo dirigi na CUTHAB, que comprovou a possibilidade de um sistema diferente sustentar o transporte público, com passagem mais barata, que é esse Projeto de Lei nº 019/21, que institui a taxa de mobilidade urbana e prevê um tipo de financiamento não mais baseado na tarifa, mas baseado em taxa, não mais baseado numa política draconiana contra o usuário, mas baseado numa política tributária que comprometa os empresários da cidade com financiamento do transporte. É uma política que é totalmente viável, uma política que pode reduzir o preço da passagem a quase R\$ 2,00...

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidente dos trabalhos.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Vereador, o senhor já está gastando o tempo do Ver. Pedro Ruas.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Estudos da EPTC. Eu quero dizer que o secretário Záchia se mostrou muito favorável a essa política. Agora, essa política necessita de uma empresa pública para regular o sistema. Então, eu insisto, Presidente, e, com isso, concluo que é preciso de uma política real para melhorar o

sistema. Liquidar a Carris é liquidar a possibilidade de o poder público controlar o sistema de ônibus em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, vereador, gastou um minuto e meio do tempo do Ver. Pedro Ruas, mas ele não é culpado.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Sr. Presidente, caro amigo, colega, Ver. Idenir Cecchim, vereadoras e vereadores, eu já sigo, mais ou menos, de onde parou o meu líder, Ver. Roberto Robaina, que também seguiu, de certa forma, onde tinha parado o líder do PT, Ver. Aldacir Oliboni. Não repetindo os argumentos de ambos, muito bem exposto, eu acrescento um dado importante. Primeiro, esse projeto do Ver. Roberto Robaina é da maior relevância, nós temos que prestigiá-lo, até porque o Executivo Municipal, na sua autoridade especializada, o ex-vereador e ex-deputado, Luiz Fernando Záchia, se manifestou bem favorável, e é importante mesmo. De fato, nós sabemos que em todo o País há o subsídio para o transporte coletivo, porque esse é um serviço público imprescindível, com possibilidade legal e constitucional de ser delegado, ou seja, de ser passado para a iniciativa privada sob determinadas condições. Nós não podemos tratar a questão do Legislativo como algo simples, como uma reunião de pessoas que debatem alguns temas, não. Nós somos representantes do povo da capital, e há aqui, sim, um debate sério, ideológico, o que é natural, às vezes, setores do governo acham que a divergência ideológica é um delito, é um crime, não é. O governo Sebastião Melo, eu digo isso com maior respeito ao próprio Sebastião Melo, de quem me considero amigo pessoal, mas o governo Sebastião Melo é um governo dominado por um núcleo ultra neoliberal, extrema direita e que faz essa política da extrema direita, ou seja, de ataque ao que é público e priorização do que é privado.

Aqui eu abro um parêntese para fazer uma pergunta, que eu me faço, mas agora faço em plenário, e já vou fechar esse parêntese. Durante a campanha eleitoral do ano passado, de forma coerente, o então candidato Sebastião Melo se declarou bolsonarista, o que ele é de fato, foi coerente na campanha quando falou e é no mandato. Mas isso é um direito dele, fecho parêntese. Mas o que é que traz para Porto Alegre isso? São Paulo tem subsídio no transporte coletivo federal. Por que Porto Alegre não pode ter subsídio federal para a Carris, já que o prefeito de Porto Alegre é alinhado, como poucos, ao governo federal? Não é, Ver. Aldacir Oliboni? Como poucos prefeitos do Brasil, o prefeito Sebastião Melo é alinhado com o governo federal. São Paulo tem subsídio federal há mais de 20 anos, por que Porto Alegre não tem para a Carris? Por que o prefeito não consegue para Carris isso? O anúncio, de fato, de que o prefeito tem alegria em privatizar a Carris nos choca, nos choca bastante. Mas nós vamos debater o tema de forma séria, há uma divergência profunda entre nós e eu já

começo dizendo isso: por que, Ver. Roberto Robaina, o prefeito, que é um dos maiores bolsonaristas de capitais do Brasil, não consegue um subsídio federal para a Carris? Ou até para a iniciativa privada, mas que seja federal, que não saia dos cofres municipais, porque ele tem essa proximidade extraordinária.

Por outro lado, o que eu vejo em todos os momentos, e isso nós debatemos aqui na questão dos servidores municipais, nós debatemos na questão da Procempa e vamos debater de novo, o que eu vejo é que o prefeito não busca alternativas de recursos que não sejam entrega do patrimônio público. É sempre isso, é sempre tirado do servidor público, é sempre extinguir, na prática, uma Procempa, é sempre vender uma Carris. É sempre a venda, vai vender a Prefeitura, o Paço Municipal, a Praça Montevideú? Não pode, Porto Alegre é maior que o governo, Porto Alegre tem história, trajetória e isso é patrimônio público e o serviço público é de muita importância. O serviço público, como se dizia antigamente, é o patrimônio dos que não tem patrimônio; o patrimônio de quem não tem o patrimônio é o serviço público. Ele tem que ser prestigiado sim, porque é para as pessoas que nada têm além do serviço público, precisam muito. Mas o prefeito não busca alternativas, eu estou cansado de falar aqui e eu vou dizer de novo: a Lei nº 306/1993, de minha autoria, acabou com a isenção do ISS para bancos. A cobrança desse ISS daria mais de um bilhão de reais ao ano. O que houve com a Lei nº 306/1993? Lei nº 306/1993, se o secretário não conhece. Foi revogada? Eu não sei, até onde eu sei ela está em vigor, está vigendo – a palavra é feia, mas está correta –, vigendo. Então tem que haver alternativas de busca de recursos que não sejam essas que o prefeito imagina, acabei de dar uma dentro da sua linha ideológica, busca o subsídio para a Carris no governo federal, pois é de lá que sai para São Paulo, é de lá que sai para Belo Horizonte e outras capitais que eu não sei quais são, essas eu tenho certeza. Inclusive, são as que têm o maior subsídio para o transporte como o Trensurb.

Concluo aqui, Sr. Presidente, dizendo que nós temos essa divergência profunda e não vamos nos conformar, não vamos nos conformar. Isso, realmente, atenta contra os interesses da capital, contra os interesses da nossa população e nós faremos o enfrentamento franco, sério, honesto, mas faremos o enfrentamento, sim, para manter esta empresa pública de alta qualidade, centenária, que é a Carris. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Marcio Bins Ely reassume a presidente dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde presidente; boa tarde meus colegas e às pessoas que nos acompanham pela TVCâmara. Eu venho a esta tribuna em nome da bancada do PCdoB, presidente, para manifestar o nosso repúdio a esse aumento abusivo aprovado pelo Comtu ontem e que está completamente

desconectado com o momento em que o Brasil, em que o mundo, em que Porto Alegre vive. O aumento que desconsidera o empobrecimento das nossas famílias, que desconsidera a pandemia e a crise sanitária econômica em que nós vivemos e que fala sobre o transporte a partir de uma ótica romantizada que, inclusive, destrói o sistema público de transporte e que, inclusive, nos coloca a questionar que modelo de transporte. Presidente, eu acho que isso é parte do centro do debate em que a cidade hoje, o Executivo hoje, não tem claro qual o modelo, qual a modalidade de transporte que nós priorizaremos em Porto Alegre. É inadmissível que nós temos que conviver com o aumento do transporte que é um assalto ao bolso trabalhador e da trabalhadora que já vem, inclusive, reduzindo a sua participação, a sua inserção nos ônibus de Porto Alegre. Hoje há uma unanimidade no que é senso popular, Ver. Idenir Cecchim, é que nós temos um sistema de transporte muito ruim, que não garante qualidade. Constantemente ouvimos, aqui no plenário, dos nossos colegas sobre as gestões privadas. Nós temos uma gestão privada muito ruim que não apresenta para a cidade um sistema satisfatório de transporte, que não apresenta qualidade e que só apresenta o aumento dos preços de forma abusiva sem apresentar para a cidade o que são os custos desse transporte para que a população entenda.

Em meio a pandemia, e é preciso salientar porque nós recebemos aqui o projeto assinado pelo prefeito que desestatiza a Carris, mas que, em meio a pandemia, quem entrou nas periferias da cidade foi essa empresa pública. Enquanto o sistema privado abandonava a cidade, deixava os trabalhadores ao léu, sem condições de mobilidade, foi a Carris que assumiu e que ficou ao lado dos trabalhadores, mesmo de forma precária. Nós sabemos também, presidente, assim como o prefeito diz que não pode aportar milhões na Carris, não pode dar milhões aos empresários, não pode aportar recursos que não tem comprovação de eficácia. Nós temos um problema no transporte público que se arrasta ao longo do tempo que é um problema de gestão. Eu, inclusive, ouço bastante e venho falar hoje aqui, eu não vi ninguém, nenhum empresário do transporte que reclama da passagem, que reclama dos custos, que diz que precisa aumentar, entregar a chave. Se fosse ruim, não tivesse lucro, já teriam entregue, como em meio à pandemia, que disseram que não iam seguir garantindo o transporte para a população e que fizeram com que a Carris tivesse obrigação, obrigação de garantir o transporte, a circulação dos trabalhadores em Porto Alegre.

Eu recebo, presidente, todos os dias, muitas mensagens nas minhas redes sociais de trabalhadores que, após as 7h da noite, não conseguem mais chegar em casa. São mulheres que vão para as paradas de ônibus escuras, que enfrentam a insegurança, que enfrentam a passagem cara e que enfrentam também a ausência de linhas que possibilitem o seu ir e vir de forma tranquila. É inadmissível, R\$ 5,20 é um assalto do trabalhador e da trabalhadora porto-alegrense, nós não vamos aceitar, assim como não vamos aceitar que a Carris seja privatizada e que seja entregue a esse sistema privado falido que não garante qualidade, que não garante uma boa mobilidade aos trabalhadores e trabalhadoras de Porto Alegre. O PCdoB vem a esta tribuna repudiar de forma muito firme esse aumento abusivo, mas também vem repudiar a privatização da Carris porque nós sabemos a quem vai servir a Carris privada. Essa Carris que já foi

premiada internacionalmente, que já teve, presidente, a melhor gestão e muitos prêmios nacionais e internacionais quanto a sua qualidade. Eu sou do tempo, presidente, em que o melhor transporte que nós pegávamos era o T3, era uma linha da Carris que tinha ar-condicionado, ônibus limpos e nós tínhamos a tranquilidade de que aquela linha passava no horário. O problema da Carris é de gestão, se o prefeito Melo não tem condições de garantir, não deveria ser prefeito.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, como a gente escuta muitas vozes nesta cidade falando de transporte público. Agora, eu ouvi atentamente a Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues; ela falou de tudo errado, mas não deu nenhuma sugestão. A senhora não sabe que, na última intervenção deste Município, nós ficamos pagando 20 anos a desastrosa intervenção do PT nas empresas de ônibus de Porto Alegre. Foi um desastre, um desastre, e a Prefeitura, ou melhor, a população de Porto Alegre pagou isso e vem pagando, vereadora, por um lampejo de alguns brilhantes da época, um lampejo sem técnica nenhuma. Nós temos que achar solução, sim, para baixar a passagem, o que a senhora disse aqui na tribuna o prefeito Melo tem dito todos os dias: temos que baixar a passagem. Agora, eu quero ver a coragem da senhora para ajudar a fazer isso, eu quero ver a senhora tirar algumas isenções que estão por aí, quero ver o seu voto, eu vou cuidar. Eu quero ver tirar gastos desnecessários de todas as empresas, tanto da Carris quanto das outras, para diminuir a passagem de ônibus. Não precisamos ficar aqui, "ah, não sabe", sabe sim, desde há 30 anos que nós estamos tentando organizar a Carris que custa muito caro e a passagem custa muito caro também. Agora, não adianta fazer perfumaria em cima de uma empresa para ganhar um prêmio internacional. Se comprou mal, se pagou mais caro o ônibus, porque isso vem se pagando há muitos anos. Empréstimos internacionais, o próprio empréstimo do BNDES, a Prefeitura paga durante muitos anos e os ônibus vão envelhecendo, mas a Carris, no governo passado, comprou ônibus novos, tem uma bela de uma frota de ônibus, mas nós temos que achar soluções. A população quer andar com ônibus bom, com **ar-condicionado**, bem climatizado; sim, todos nós queremos, mas nós temos que achar solução, porque o ônibus não anda com vento; nem a ex-Presidente Dilma conseguiu armazenar vento, para que os ônibus andassem.

Então, fica difícil! Não anda com vento, precisa ter motorista, e nós precisamos ver se precisa ter cobrador o tempo todo ou se pode, em alguns horários, não ter e achar uma outra solução, para que não se perca emprego, que os cobradores não fiquem desempregados, podendo ser aproveitados, até mesmo no sistema. Então, é muito fácil vir aqui e criticar. Eu quero ouvir soluções, quero ouvir e ver a votação de

quando for para diminuir a passagem. Eu vou ver as atitudes dos vereadores que aqui criticam sempre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Passamos à

## **PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/10 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0556/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/21**, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 a 2025. **(SEI 118.00163/2021-07)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, sempre registrando, que conduz muito bem esses trabalhos, vereadoras, vereadores, público que nos assiste, hoje corremos a 1ª discussão da Pauta Especial do Plano Plurianual. A grande questão das leis orçamentárias é que elas possam refletir a realidade. O Plano Plurianual é uma dessas leis, a LDO é outra, e o orçamento é a mais importante, que é a mais prática, é a realidade que deveria ser, uma realidade, muitas vezes longe da própria verdade, uma realidade mais virtual do que real, verdadeira. Mas sobre o Plano Plurianual, que começamos agora a debater, há muitos anos, temos um especialista na Casa, há décadas, que é o Ver. Airto Ferronato, um especialista em orçamento, sempre foi, e em emendas orçamentárias, que vai ter o papel destacado nesse período tenho certeza. Mas quero trazer aqui uma preocupação, vereadoras, vereadores, porque, na questão do Plano Plurianual, que é a primeira dessas peças orçamentárias, nós já devemos aqui priorizar os interesses reais e maiores da sociedade porto-alegrense. Isso seria até uma certa obviedade, não fosse uma necessidade, uma exigência. Por exemplo, nós temos que ver o que será destinado, em termos de Plano Plurianual, para a saúde em Porto Alegre, o que será previsto, o que está idealizado, porque o Plano Plurianual é mais uma idealização mesmo, e essa saúde tem que incluir a pandemia. Não existe data de finalização da pandemia; pelo contrário, ela está recrudescendo. Nós temos dados alarmantes em todo o Brasil, incluindo o Rio Grande do Sul e, principalmente Porto Alegre - a região de Lajeado e a de Porto Alegre. Então, a discussão, meu caro presidente Márcio Bins Ely, precisa ter como foco os interesses de Porto Alegre, e aqui começam as nossas divergências. Sim, nós teremos divergências com o governo municipal, sérias, importantes, porque nós queremos, de fato, a priorização do que interessa ao povo. Eu repito o que disse no pronunciamento anterior:

o patrimônio de quem não tem patrimônio é o serviço público. É isso que nós temos que prestigiar, e não tirar; tira o serviço público, meus líderes, Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, líderes dos partidos de oposição, e a população fica sem nada. Sessenta e oito por cento da população de Porto Alegre não tem nada, não tem patrimônio, não é proprietário e, eventualmente, tem emprego e consegue pagar o aluguel, muitos não têm emprego, precisando viver nas ocupações, sendo despejados a cada seis meses. Se o serviço público não for prestigiado, é a população, na sua maior parte, que sofre, e boa parte dessas famílias, Ver.<sup>a</sup> Daiana dos Santos, hoje, é liderada por mulheres, a chefe da casa, a chefe da família é uma mulher. Os homens, e eu digo isso com tristeza, são muito vis no sofrimento. Então, nas casas, nas residências, nas famílias mais pobres, eu observo isso há muitos anos, já vi levantamentos, estudos bastante aprofundados sobre o tema, quando uma dessas famílias tem um filho com problemas, geralmente mentais ou alguma especialidade difícil da área médica, os homens buscam o alcoolismo ou a fuga, não todos, evidentemente, mas uma boa parte. Quem fica, quem cuida do filho, quem, como vi uma chefe de família dizer, não tem o direito de morrer, sequer o direito de morrer, é a mulher! Então, se ela morrer, o filho dela ninguém vai cuidar, se nem o pai quis cuidar o filho especial. Então, o que nós temos aí é a necessidade de imaginarmos, a partir de dados concretos, como podemos fazer, vereadores e vereadoras, e aqui me dirijo diretamente a meu amigo, líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, um Plano Plurianual que, de fato, contemple essas necessidades da população? Essas carências, Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo, que são as necessidades efetivas de sobrevivência, no dia a dia, da maior parte das famílias de Porto Alegre, ou 68% não são a maior parte? São a maior parte, a que mais necessita do serviço público; e por óbvio, quanto mais qualidade, melhor; quanto menor a qualidade, bem pior. E a inexistência do serviço público é a tragédia. É nisso que a equipe de governo, a equipe que comanda o Executivo, que comanda Porto Alegre, que tem maioria na Câmara, aprova o que quer, precisa pensar o que é melhor para a maioria. Eu sei que existe a questão ideológica no meio, a visão do prefeito e de seus colaboradores mais próximos - e aqui na Câmara essa visão é predominante também - de que o mercado tudo resolve, que a livre concorrência a tudo soluciona. Eu sei que existe essa visão, a chamada visão liberal, trazida para os tempos modernos, chamada de neoliberal, trazida, a partir de 2018, com o bolsonarismo, ultraneoliberal, é isso, basta ver o que é a PEC nº 32, no Congresso Nacional, que subordina os interesses do Estado ao mercado e às suas disputas. Mas nós precisamos ver que a iniciativa privada, o mercado, tem como interesse - e aqui eu estou discutindo sem a crítica, estou apenas analisando neste momento, constatando - o lucro, o ganho financeiro. Eu não estou criticando, eu estou constatando! Vejam a lógica: se isso é, de fato, como é, no mundo inteiro, ao longo de dezenas de anos, de séculos, desde a Revolução Industrial a partir da Inglaterra... Se isso é, Adam Smith escreveu isso, essa é a motivação, o ganho financeiro, o lucro, simplificando, bem, eu não vou discutir aqui se está certo ou está errado, o que eu quero colocar é o debate de que é impossível compatibilizar isso com o interesse social, do ponto de vista da maior parte da população, é impossível, porque, num local onde esse lucro não existir, de forma pelo menos viável, não haverá o serviço

público, se ele for delegado, se ele for privatizado. E se nós não pensarmos - e aqui preside agora, já, a Ver. Comandante Nádia, porém claro que falo para todos - em como, no Plano Plurianual, depois na Lei de Diretrizes Orçamentárias, depois no próprio orçamento, nós vamos contemplar a maior parte da população, que são 68%, que dependem dos serviços públicos, não há gestão que seja boa. Ela pode ser uma gestão honesta, pode ser bem-intencionada – nem estou debatendo isso – mas se ela não priorizar esses interesses ela não será boa, ela será ruim, ela pode ser péssima. Concluindo, Presidente, dizendo o seguinte: a Lei de Diretrizes Orçamentárias é o primeiro passo nas legislações orçamentárias. E sobre essa que nós devemos nos debruçar e priorizar os interesses da população mais necessitada. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa tarde ao povo de Porto Alegre; boa tarde aos colegas vereadores, vereadoras, venho até esta tribuna para discutir esse tema crucial para a vida de todas e todos; como a Prefeitura está pensando, ou melhor, como o governo Melo está pensando os próximos quatro anos dos recursos do contribuinte, o que vai fazer com o dinheiro suado dos impostos do povo! Sim, estou falando do povo que pega o transporte lotado, do povo que não tem um transporte qualificado, paga caro, do povo que não tem praças em todos os bairros, do povo que tem mais de 5 mil crianças fora da educação infantil, porque a Prefeitura não cria vagas, inclusive o governo anterior encerrou vagas de educação infantil **nesta** cidade. O Plano Plurianual do Marchezan não deu certo, ele atrasou Porto Alegre. Nós perdemos, perdemos áreas verdes, perdemos a capacidade de saneamento da capital, nós não tivemos reposição de quadros em quase todos os setores - houve o chamado enxugamento neoliberal! É, diminuir a quantidade de serviços públicos lá na ponta, é disso que se trata, isso foi o que aconteceu no Plano Plurianual que não tinha o povo como prioridade, e agora nós temos aqui um plano - 2022/2025! Mas, na verdade, esse plano não deveria estar sendo discutido só aqui nesta Casa, deveria ter ido primeiro para o Orçamento Participativo, para as diferentes regiões, para absorver as demandas já atrasadas há muito tempo do povo que trabalha e que garante - garante esse imposto que chega para a Prefeitura, chega via impostos municipais, estaduais, federais; agora, é engraçado perceber que os planos plurianuais também abraçam os que menos contribuem para o desenvolvimento da cidade, é quando a gente percebe a doação de dinheiro público. No último plano, doaram R\$ 39 milhões para as empresas privadas do transporte da capital. E o que nós vimos? Eles abandonaram, na pandemia, 39 linhas de ônibus, mas eles estavam contemplados no Plano Plurianual, que beleza! Que beleza é ser amigo de quem

governa Porto Alegre! Que tristeza é morar nas periferias e não conseguir, sequer, uma cesta básica na assistência social, na FASC, porque já não fazem mais cadastros – é isso! O governo federal abandonou o Bolsa Família, tirou um monte de gente que estava na extrema pobreza do cadastro, hoje, eles estão tendo que ir para as sinaleiras com os seus filhos – com seus filhos para as sinaleiras! Porque não tem vaga em creche, porque a escola pública foi sucateada e porque não acolhem os que mais precisam nesses planos plurianuais. Agora, eu me questiono: estamos num ponto, junho de 2021, até agora não veio para esta Casa um pacote de auxílio emergencial para os que mais precisam na capital. Até agora não veio para esta Casa, que os poderosos ajudassem a manter a Prefeitura com um alargamento do acesso ao serviço público, não, para esta Casa não veio isso. Para esta Casa, veio arrocho ao servidor, retirada de direitos e agora a privatização da Carris, essa que é a balizadora da qualidade do transporte na nossa cidade há muitos anos. Se não fosse a Carris, no ano passado – se não fosse a Carris pública, no ano passado –, ter pego as linhas 39, linhas abandonadas pelos transportadores privados, muita gente não teria conseguido se deslocar na cidade. E agora nós estamos vendo um projeto que se coaduna com o Plano Plurianual, porque eles têm o mesmo formato ideológico, a mesma ideia: entregar o setor público ao serviço privado, e não fiscalizar! Quero dizer que o Plano Plurianual, que até agora vigora, não tem fiscalização da Prefeitura, ela fiscaliza muito pouco. Para começar, pelo que aconteceu com a empresa BA Ambiental da coleta dos resíduos domiciliares. Vocês viram o que aconteceu na semana passada? Servidores há cinco anos sem receber as suas férias, há vários meses com salários atrasados, não recebiam a alimentação, fazia hora extra 50, foram os relatos que deram, está aí registrado, e recebiam por 20, e ainda recebiam descontos indevidos na folha, e são os chamados garis que recolhem o popularmente conhecido como lixo, nas casas de toda Porto Alegre. E estava lá no Plano Plurianual anterior a manutenção de todos esses contratos, e mais do que isso, os aditivos. Só no ano passado foi dado um aditivo, no DMLU, para essa empresa BA, de 5%, mais de R\$ 50 milhões, saiu dinheiro previsto, planejado no Plano Plurianual. Eu pergunto: a mesma linha seguirá o governo Melo? Demais para os CNPJs e nada para a Dona Maria da Restinga, nada para o Sr. Pedro do Sarandi, nada de vagas nas creches para a Dona Raquel da Lomba do Pinheiro, nada de transporte de qualidade para o Seu João do Lami. Não! Inclusive agora estão querendo aumentar para R\$ 5,20! Somem R\$ 5,20 vezes 24 dias de trabalho, vezes quatro ônibus – muita gente tem que pegar dois para ir e dois para voltar –, são R\$ 500,00. O salário mínimo é pouco mais de R\$ 1 mil, quase metade do salário mínimo em transporte! Como fica um cidadão autônomo? E nesse Plano Plurianual está aqui a continuidade dessa vergonha que é essa licitação que foi feita no governo Fortunati/Melo para o transporte da capital. Um transporte que perdeu qualidade, que, inclusive, o governo anterior, do Marchezan, ampliou o tempo de vida útil das frotas, e, agora, os ônibus estragam na descida, antes, eles estragavam só na subida das lombas de Porto Alegre, nos morros; agora, eles estragam também na descida, nem sei como andam os freios. Agora, eu sei dizer para vocês como andavam os freios dos caminhões da BA Ambiental que não tinham fiscalização, foi o relato dos trabalhadores, não sou eu, porque eu não trabalho lá, eles falaram: caminhões sem freios

recolhendo lixo domiciliar na cidade. Aí, eu pergunto: nesse Plano Plurianual, por que ele não está sendo discutido nas comunidades? Por que as lideranças comunitárias não são chamadas para debater? Por que as lideranças estão tão esquecidas pelo poder público desta cidade? O Plano Plurianual é o plano de longo prazo, são quatro anos, é o planejamento, é o que queremos ver de Porto Alegre. Aí eu questiono: nós queremos a continuidade dessa Porto Alegre, com cada vez menos árvores? Porque no Plano Plurianual anterior estava lá esse contrato de R\$ 24 milhões com uma empresa de podas, que devastou principalmente a zona central da capital, sem nenhum protocolo, sem nenhuma segurança, inclusive em épocas que é proibido por lei ambiental fazer podas de árvores, que é a época que os passarinhos estão fazendo os ninhos, e é a época de floração. Então, para ir encaminhando à conclusão desse debate, há muita coisa a ser discutida, o Plano Plurianual não pode ser uma carta de intenções subscrita pelos vereadores sem um debate com o povo. Nós temos que debater com o cidadão que paga impostos e mantém esta Casa, e mantém a Prefeitura de pé. E não existe Plano Plurianual, se os servidores públicos também não puderem dizer como está cada setor e o que precisa. Eu tenho ido no DMAE, tem setor que tinha cinco servidores há quatro anos, agora, as portas estão fechadas, não tem nenhum, todos se aposentaram. Eu fico muito preocupado: Porto Alegre não vai bem, e nós, vereadores, temos o dever e a responsabilidade de construir melhorias para isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Pois não, Ver. Cecchim.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Sra. Presidente, só quero registrar a presença do secretário adjunto Alexandre Borck, que é uma boa ligação de toda Casa Legislativa com o Executivo Municipal.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Muito obrigada, Ver. Cecchim. Seja bem-vindo secretário Alexandre, muito obrigada pela sua presença.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Boa tarde a todos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, público que nos assiste pela TVCâmara, pelas redes sociais, Facebook, YouTube, Instagram, e nos escutam pela nossa Rádio Câmara. Queria falar aqui, na Pauta Especial, sobre o nosso Plano Plurianual, para que venha as projeções de gastos do governo, juntamente com as emendas dos parlamentares, juntamente com as necessidades parlamentares. É uma coisa que traça as necessidades, principalmente de políticas públicas na cidade de Porto Alegre. Foi através do Plano Plurianual que se preparou, financeiramente, as estruturas da saúde para abrir as unidades básicas até às 22 horas. Foi através do Plano Plurianual que se preparou as estruturas da educação para abrir as escolas de tempo integral. Isso é

importantíssimo, é através do Plano Plurianual que se está preparando para abrir as creches até às 23 horas e fim de semana. Mas também o cofre é único, o dinheiro é único. Quando se fala aqui de impostos que vêm da União, impostos que vêm do Estado, impostos! Cada R\$ 100,00, hoje, gastos aqui, na cidade de Porto Alegre, somente R\$ 16,00 ficam no Município – cada R\$ 100,00, R\$ 16,00 ficam no Município! O Município é responsável pela educação infantil, é responsável pela educação primária, pela saúde básica, pelo pronto atendimento, pela assistência social, pela segurança, pela mobilidade. Aí se vê o que se vê há muito tempo nesta Câmara de Vereadores: se vê um setor da sociedade chantageando o povo de Porto Alegre e chantageando o Executivo, isso vem acontecendo há décadas, dizendo que o Executivo, que é responsável pela saúde, pela educação, pela segurança pública, pela assistência social, que está enfrentando a pandemia com milhares de postos de trabalho e empresas fechadas, uma inflação galopante, quando o botijão de gás já está quase R\$ 120,00. Este Município tem que tirar dinheiro da saúde, da educação, da segurança pública, da assistência social e investir em ônibus, investir em empresas de ônibus, empresas que já tiveram a isenção do ISSQN. Empresas que já tiraram o direito de as pessoas aposentadas andarem no ônibus, mas que não buscam nenhuma solução, só querem que cumpram o contrato! Mas o contrato diz que todos os ônibus têm que ter ar-condicionado, o contrato diz que os ônibus têm que ter horário regular, diz que os ônibus têm que preencher as capacidades da população, diz que tem que ter cobrador, diz que a empresa tem que ter ônibus limpos, e um período que foi postergado de durabilidade dos Ônibus, mas querem tirar dinheiro do povo. Ver. Cecchi, o senhor que é um dos dirigentes do Sindilojas, que é um empresário bem-sucedido do ramo da construção civil, eu tenho certeza que o senhor jamais iria vender pedra, se ninguém comprasse a sua pedra. Vou falar num bodegueiro, nenhum bodegueiro vai ficar com a sua bodega aberta, lá na periferia, vendendo pinga, arroz à granel, mortadela, se não der dinheiro. Nenhum cara vai manter uma tele-entrega de pizza, de cachorro-quente, de *cheeseburger*, se não der dinheiro! Nenhum cara vai manter uma fruteira, se não der dinheiro! Ninguém vai manter um negócio que não der dinheiro! Eles não entregam o negócio, porque o negócio dá dinheiro e querem o dinheiro do povo de Porto Alegre! Que vergonha é essa! Sempre chantageando a Prefeitura! Entreguem as linhas de ônibus! Entreguem! Se não dá dinheiro, entreguem, ninguém fica com algo que não dá dinheiro, ninguém fica! Ninguém tem uma escola privada que não dá dinheiro, que papo-furado é esse? Estão aí com sítios, fazenda, é o direito de quem produz, agora, querer explorar a população de Porto Alegre, pelo amor de Deus! Vocês já ganharam muito dinheiro do povo de Porto Alegre, agora, querem sobretaxar salário. O que é isso: sobretaxar salário, meu galo? O que é isso?” Que papo-furado é esse? Se o vale-transporte é lei federal, a empresa vai dar o vale-transporte e vai ter que pagar mais sobre o empregado, vai desempregar gente, porque quem trabalha no Leopoldina, quem trabalha no Rubem Berta, na Restinga, na Vila Farrapos, e empresa vai ter que pagar a passagem dessa pessoa, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, Presidente desta Sessão, vai ter de pagar a passagem dessa pessoa e essa pessoa mora ali, mas vai ter que pagar a passagem. Querem o dinheiro do povo, só isso que eles sabem fazer – só isso que eles

sabem fazer! Só isso que eles sabem fazer. Querem dinheiro do povo! E isso pode aparecer no Plano Plurianual, se nós darmos dinheiro para as empresas de ônibus. Mas vamos dar dinheiro para esses pobres coitados dos lojistas que quebraram, vamos dar dinheiro para os donos de restaurantes e bares que quebraram, vamos dar dinheiro para esse povo artista que não tem como trabalhar faz um ano e meio, vamos dar dinheiro para donos de boates, danceterias, tudo quebrado, vamos dar dinheiro para ajudar os trabalhadores em circo que não conseguem trabalhar. Dar dinheiro para a ATP? Pelo amor de Deus! Eu estou desarquivando um projeto meu que muda a Lei Orgânica, vou precisar de 24 votos para mudar esse Conselho Municipal de Transportes. Isso é uma máfia, máfia, máfia! É a raposa cuidando do galinheiro, é uma máfia, estão lá todas as empresas representadas, esse presidente já me processou, estou ficando especialista em processo de picareta. Esse presidente que já me processou é parte interessada. Como é que ele vai presidir um negócio que não tem nada amplo? Nunca veio aqui na Câmara esclarecer. Aí, vem aqui com umas planilhas que ninguém entende nada, abre a **Caixa** de Pandora, larga o custo da parte administrativa, é isso que nós queremos saber, o que está ali dentro. Aí vem querer onerar o povo de Porto Alegre, são uns picaretas. Picaretas! E o prefeito quer sugestões. Então dou uma sugestão para o prefeito Melo: Área Azul, usa tudo para pagar o sistema de transporte. Usa tudo. Esses estacionamentos são outra coisa que esta Casa já tentou mexer umas três vezes, e é outra máfia. Isso aí estou ajudando os caras da BA, porque aí se alguém me der uns tiros, não é só a BA suspeita. Outra máfia, porque, no estacionamento, se paga uma hora, duas, três, e morre com R\$ 50,00 para estacionar um carro no Centro. Pegar um Uber, pegar um táxi, R\$ 50,00, bota isso no sistema de transporte. A maioria, se vai olhar a planta, é área pública ainda. Os malandros pegam um terreno, olham o terreno, “Bah, vou meter uma cerquinha...” Vai indo devagarinho, cobrando R\$ 2,00, R\$ 5,00, quando vê o negócio foi em área pública. Sobretaxa. Os caras vêm com carro para o Centro, engarrafa o Centro, uma confusão desgraçada, sobretaxa. Cria um imposto verde sobre os carros, sobre a poluição desses carros aí que poluem a cidade para caramba. Um monte de coisa, agora onerar o trabalhador, onerar o pequeno empresário lá da Vila Farrapos, lá do Lami, Gilson Padeiro? Onerar? O que é isso, gente? Está de brincadeira, para não dar um sistema de transporte. Também tem essa questão do lixo, que é importantíssima tratar na cidade de Porto Alegre, uma coisa que vem se arrastando que nem o sistema de transporte, há décadas vem se arrastando, nós vamos entrar nesse assunto depois quando entrar em outras discussões aqui na Casa. Agora, nós não podemos permitir que se tire dinheiro da saúde, educação, segurança, assistência social, infraestrutura para dar para empresário malsucedido porque só sabe administrar a sua empresa se não for com dinheiro público. Todo o dono de bar, restaurante, todo o dono de academia, todo o empreendedor em Porto Alegre quer ter esse aporte público, que o povo de Porto Alegre tira o dinheiro da assistência social, da saúde, da educação e segurança e dê para eles. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente Comandante Nádia, senhoras e senhores vereadores, é só aparecer um projeto bom que o Ver. Jonas se irrita, e faz de conta que fica bravo, ele é um bom artista. Eu tenho que reconhecer que o Ver. Jonas interpreta bons papéis. O senhor é um artista e isso é um dom de ser criativo, mas não precisamos concordar, Ver. Moisés, Ver. Ramiro, vocês que estão atentos aí, Ver. Gilson Padeiro e Ver. Alvoni Medina. Vejo a Ver.<sup>a</sup> Lourdes lá também balançando a cabeça porque, se nós passarmos três dias aqui ouvindo os vereadores da oposição, eles vão criticar tudo, até o minuto de silêncio eles vão criticar, até um minuto de silêncio eles criticam. Porque falta um pouquinho de cultura parlamentar séria e, muitas vezes, nós lembramos de algum passado que não é muito bom. Imagina só o Ver. Jonas falar em gastar dinheiro público? Mas como? Se caiu uma ex-Presidente da República e um ex-Presidente do PT foi preso por roubar dinheiro público! Como é que alguém do PT vem aqui reclamar de gasto público? Gasto registrado, decente, fiscalizado e aprovado. Então nós temos que ir devagar com o andor porque o santo é de barro, e no caso do PT até o andor é de barro, se quebra uma coisa, quebra logo. Vereadora Bruna, V. Exa. Não só faz parte da CEFOR como é a nossa presidente, uma boa presidente da CEFOR, uma boa presidente, mas aqui nesse espaço onde todos nós deveríamos estar falando em PPA, orçamento público, e até falamos... O Ver. Jonas passou o tempo todo falando em orçamento público, da maneira dele, a Ver.<sup>a</sup> Bruna falou da maneira dela, daquilo que interessa a cada vereador. E eu aqui também faço a *mea culpa*, deveríamos estar falando do PPA, porque eu tenho muitas dúvidas sempre quando se faz projetos para daqui a quatro anos. Aqui no Brasil não é muito fácil se projetar para seis meses depois, não é fácil discutir o orçamento do ano seguinte, imaginem daqui a quatro anos... Nós temos que realmente que organizar algumas coisas, inclusive, Presidente Márcio, eu acho que nós temos que dar uma organizada nessa Pauta Especial, 10 minutos! Pauta, cinco minutos. Eu acho que tem que ser cinco minutos para tudo, fica melhor, porque se o tempo de liderança é de cinco minutos, por que Pauta Especial tem que ser por dez minutos? Nós estamos com algumas coisas erradas aqui no Parlamento. Eu me penitencio nisso também, mas não é possível nós ficarmos por dez minutos falando em Pauta Especial. Mas por que é especial? Por que a Pauta é diferente, se todos os projetos nós achamos projetos bons e especiais? Para cada vereador, o seu projeto é especial. Para o Executivo, quando manda projetos para a Câmara, são projetos especiais. Então acho que não temos que diferenciar Pauta Especial de Pauta normal e por isso eu encerro por aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Queria dizer para o Cecchim que daqui a pouco, em 2022, vamos estar todos juntos. Acontece, mas brincadeiras à parte, nós estamos agora debatendo o nosso PPA, 2022/2025, seria basicamente o plano de governo, a grosso modo falando, do prefeito Sebastião Melo. Chamo a atenção que nesse PPA nós temos somente duas menções a mulheres, nenhuma menção à renda básica, em plena pandemia, nós temos um plano que vai gerir, ao longo de quatro anos, a gestão do prefeito Sebastião Melo e do próximo sucessor ou sucessora, não temos nenhum cuidado, nenhuma relação com a pandemia, com a renda daqueles e daquelas que mais precisam na nossa cidade. Igualmente, nesse PPA, nós não temos qualquer menção real de valorização do serviço público, dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público da nossa capital. E neste momento igualmente, tem uma relação direta com esse plano, estamos discutindo o transporte público de Porto Alegre. Uma empresa superavitária que, ao longo de séculos, foi modelo para todo o Brasil, ganhando prêmios como a melhor empresa de transporte público do país, não só de empresas públicas, mas de todas as empresas, a Carris hoje padece após diversas administrações que conseguiram dilapidar o seu patrimônio. Administrações essas que têm relação com a atual administração, dos mesmos partidos, as mesmas lideranças, e nós vemos então uma empresa superavitária, modelo de transporte público do país que simplesmente moldava a nossa maneira de fazer transporte na cidade, ditava como seriam os ônibus, qual a qualidade que nós tínhamos e hoje está aí, segundo a Prefeitura, deficitária, mas, por diversos motivos, além da dilapidação patrimonial a qual foi submetida, temos aí que referir para a nossa cidade que se não fosse a Carris, diversos bairros, principalmente os bairros periféricos não teriam acesso ao transporte público. A Carris simplesmente abraçou diversas linhas, principalmente, eu vou marcar aqui, mais uma vez, para as zonas periféricas, foi a Carris que teve que abraçar essas linhas para que o povo mais pobre e mais necessitado pudesse transitar na nossa cidade, porque as empresas privadas não quiseram assumir esse ônus. E é justamente essa empresa que vai ser vendida pelo desejo do prefeito, porque aqui na Câmara não vai passar, mas pelo desejo do prefeito é essa empresa que querem entregar a preço de banana, embora a banana hoje esteja muito cara, diga-se de passagem, graças ao Presidente Bolsonaro. Mas nós não vamos deixar. Qual é o critério, qual é o empresário que gostaria de comprar uma empresa deficitária? Quem compraria uma empresa que não dá lucro? Isso vale para todas as privatizações, e nós estaremos com os trabalhadores e trabalhadoras da Carris nessa luta. Já conclamo a todos os porto-alegrenses para, no sábado, a estarem em frente à Carris fazendo esse abraço solidário com todos os trabalhadores e trabalhadoras. E nós temos que abrir a caixa preta do transporte público da cidade. Se temos um Plano Plurianual que trata sobre todos os aspectos da nossa cidade, o aspecto do transporte público deve ser essencial. A gente tem que abrir as planilhas, temos que debater exatamente para aonde estão sendo direcionados os recursos públicos que, segundo o prefeito, estão sendo injetados, porque ele disse que não vai injetar mais. E, ao mesmo tempo que nós temos a ATP, que nós temos uma série de empresas que estão dizendo que não têm condições de gerir o transporte público da capital, ao invés de o prefeito ter

uma solução que a Carris poderia dar, ele prefere colocar a Carris justamente onde não está funcionando. Para onde não está funcionando é que ele objetiva a venda da Carris. Claro, ele já falou que quer vender o terreno, que quer vender os imóveis, os ônibus, quer fazer negociações fragmentadas, apresenta aqui um projeto de lei totalmente aberto, totalmente obscuro. Então, me parece que existem outros interesses por trás dessa ideia de venda do patrimônio público. E também é importante que se refira que os motoristas, cobradores, todos aqueles que deram a sua vida para a Carris hoje são descartados. Quantos morreram, durante esse período de pandemia, sem ter qualquer tipo de acesso à vacina, qualquer tipo de acesso a um tratamento adequado? Nós tivemos que escutar que aqueles que estavam afastados por motivos de saúde, por terem comorbidades, eram vagabundos! O prefeito disse, literalmente, praticamente isso dos trabalhadores e trabalhadoras da Carris! E é esse prefeito que quer agora - e parece até uma retaliação após a derrota do Previmpa - retalhar, quer demonstrar que ele tem ódio ao serviço público, ódio aos mais pobres, ódio aos trabalhadores e trabalhadoras, mas ele fala que isso vai ser o suficiente para fazer diversas obras na nossa cidade, para pagar merenda nas escolas. Uma falácia!

Nesse plano plurianual, essas falácias ficam evidentes porque não existem pobres, não existem pessoas necessitadas, não existe qualquer menção àquele e àquelas que mais precisam em todo esse plano, e nós vamos aqui avaliar, analisar, fazer o bom debate, apresentar emendas. A bancada de oposição, a bancada do Partido dos trabalhadores permanecerá atenta, combativa em todas as pautas que forem antipovo, porque, por mais que no discurso se diga favorável ao povo, é um governo cada vez mais elitista, que trabalha para aqueles que mais têm, e cada vez mais vira as costas para a população necessitada da nossa cidade e para aqueles que ganham menos no serviço público.

Deixo aqui o meu muito obrigado, agradeço a oportunidade a toda a audiência, seguimos na luta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0151/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Fernanda Barth, que autoriza os estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios, sejam eles industrializados ou *in natura*, a doar o seu excedente a

pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal. (SEI 212.00023/2021-15)

**PROC. Nº 0005/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Fernanda Barth e do Ver. Hamilton Sossmeier, que institui as diretrizes da educação domiciliar (*homeschooling*) no Município de Porto Alegre e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, do Ver. Mauro Pinheiro.** (SEI 212.00002/2021-91)

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0056/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 001/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Fernanda Barth, que autoriza bares, restaurantes, confeitarias, lanchonetes e estabelecimentos similares a utilizar recuos e passeios públicos para colocação de mesas, cadeiras, amplificadores, caixas acústicas, alto-falantes ou outro tipo de aparelho de som, toldos, ombrelones, guarda-sóis e outros equipamentos similares móveis, revoga a Lei Complementar nº 415, de 7 de abril de 1998, – que dispõe sobre a permissão de uso de recuo e do passeio público, fronteiro a bares, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, para colocação de toldos, mesas e cadeiras, e dá outras providências –, e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, do Ver. Mauro Pinheiro.** (SEI 212.00004/2021-81)

**PROC. Nº 0405/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 005/21**, que inclui o § 3º no art. 3º e altera o *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 382, de 24 de julho de 1996, que regulamenta o art. 103, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. (Audiência Pública) (SEI 118.00120/2021-13)

**PROC. Nº 0394/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 165/20**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia, que institui a Política de Atenção à Oncologia Pediátrica no âmbito do Município de Porto Alegre. (SEI 025.00056/2020-00)

**PROC. Nº 0145/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 041/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia, que denomina Largo General Geraldo Antônio Miotto a faixa de terra limítrofe entre as vias da Avenida Edvaldo Pereira Paiva, compreendida pelo trecho do Parque Marinha do Brasil onde atualmente está instalado o velódromo e a convergência das duas vias da mesma Avenida, localizada no Bairro Praia de Belas. (SEI 025.00022/2021-98)

**PROC. Nº 0543/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina como Rua da Rocha, o logradouro público conhecido como Rua BC Dois Estrada São Francisco, Lomba do Pinheiro. (SEI 034.00200/2021-71)

**PROC. Nº 0545/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 208/21**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia do Cambone no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 27 de maio. (SEI 024.00049/2021-81)

**PROC. Nº 0536/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que concede o Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva à senhora Shana Müller. (SEI 035.00050/2021-03)

**PROC. Nº 0540/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que concede a Comenda Porto do Sol à Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais – “Industria da Solidariedade”. (SEI 035.00052/2021-94)

**PROC. Nº 0485/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 007/21**, que revoga a Lei Complementar nº 589, de 19 de fevereiro de 2008. (Revogação decorrente da reestruturação do CACS-FUNDEB, de que trata o Proc. 0484/21, PLE 006/21) (SEI 118.00135/2021-81)

**PROC. Nº 0009/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/20**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública a associação Centro Comunitário Coinma. (SEI 037.00009/2020-46)

**PROC. Nº 0308/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 124/20**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que denomina Rua Maria da Conceição Biermann o Acesso Coohipa – Jardim Sabara. (SEI 021.00134/2020-61)

**PROC. Nº 0101/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/21**, de autoria do Ver. Leonel Radde e da Ver<sup>a</sup> Daiana Santos, que inclui a efeméride Dia da Visibilidade Trans no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 29 de janeiro. (SEI 208.00038/2021-80)

**PROC. Nº 0146//21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 042/21**, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que denomina Rua Zenem Antônio Ruas o logradouro cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil, Cento e Quarenta e Cinco, localizado no Bairro Campo Novo. (SEI 042.00014/2021-24)

**PROC. Nº 0340/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 125/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino, que inclui a efeméride Dia do Profissional da Saúde no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de abril. (SEI 215.00043/2021-85)

**PROC. Nº 0366/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 140/21**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rótula Fernando Affonso Gay da Fonseca o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Cinco Mil, Cento e Trinta e Seis, localizado no Bairro Ipanema. (SEI 138.00011/2021-86)

**PROC. Nº 0370/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 141/21**, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Elásio Branco Rocha o logradouro público não cadastrado, conhecido como Travessa E - Chácara do Banco, localizado no Bairro Restinga. (SEI 165.00039/2021-96)

**PROC. Nº 0483/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 184/21**, de autoria do Ver. Leonel Radde, que denomina Rua Ilza Nunes Corrêa o logradouro não cadastrado, conhecido como Acesso Q1 – Quinta Unidade -Bairro Restinga - Porto Alegre. (SEI 208.00143/2021-19)

**PROC. Nº 0484/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 006/21**, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB) de Porto Alegre, em conformidade com o art. 212-A da Constituição Federal, na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e regulamentado pelo Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021. (SEI 118.00134/2021-37)

**PROC. Nº 0388/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 150/21**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Semana em Defesa dos Direitos dos Autistas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira semana do mês de abril. (SEI 024.00035/2021-68)

**PROC. Nº 0493/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 188/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua José Joaquim Cesar Pimentel, logradouro público conhecido como Rua N Vila São Judas Tadeu, Bairro Partenon. (SEI 034.00149/2021-06)

**PROC. Nº 0497/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 191/21**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Semana das Práticas Integrativas e Complementares no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira semana do mês de outubro. (SEI 024.00040/2021-71)

**PROC. Nº 0498/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 192/21**, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que denomina Rua Emidio Perondi o logradouro público

conhecido como Rua Três Mil Setecentos Noventa Oito localizado no Bairro Mário Quintana. (SEI 023.00008/2021-96)

**PROC. Nº 0532/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 008/21**, que altera o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 12.677 de 24 de janeiro de 2020, autorizando a prorrogação dos contratos de professores temporários iniciados no ano de 2019 em razão do período de calamidade pública. (SEI 118.00158/2021-96)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Nádia, comandando os trabalhos. Retorno a esta tribuna para responder ao meu querido colega Ver. Cecchim, que acho importante a gente ressaltar, porque quem acompanha a TVCâmara precisa entender qual é o debate aqui. Eu falo de forma muito fraternal, Ver. Cecchim, eu debato o transporte, apesar de ser uma jovem vereadora, há 10 anos da minha vida. Fui presidenta da UAMPA, andei muito nesta cidade, a vida toda andei de transporte público, e eu tenho a certeza de que venho a esta tribuna falar pelo povo de Porto Alegre. Nós temos a passagem mais cara do Brasil, nós temos um transporte público e privado de má qualidade. Hoje, a gente enfrenta esses R\$ 5,20 da passagem, e tenho certeza de que, se o senhor quisesse conhecer a nossa forma, a forma comunista de enfrentar a falta de transporte, o senhor, muito fraternalmente, deveria ter votado na Manuela d'Ávila, porque ela ia enfrentar a pauta do transporte público com muita seriedade. Nós íamos falar da bilhetagem que hoje é utilizada de forma equivocada, aliás, é utilizada a partir de uma manobra equivocada, nós íamos falar da publicidade que hoje - pasmem! -, a Carris é responsável por 20% do transporte, porém tem 50% da publicidade. Que engraçado. Eu, como o senhor, Ver. Cecchim, faço parte da CEFOR, aquela Comissão que trata do orçamento, que encara, com muita seriedade, todos os vereadores, o orçamento e o equilíbrio das contas do Executivo que se encontram em ótimas condições. O Executivo não está endividado, as contas da Casa estão muito bem equilibradas em meio a uma pandemia, onde vivemos uma crise econômica, onde vivemos uma crise sanitária, onde esta Casa já fez uma série de esforços, para que nós pudéssemos comprar mais vacinas. Mas, às vezes, eu acho que o que é público, Ver.<sup>a</sup> Nádia, é muito malvisto por esta Casa ou muito malquisto. Eu sou uma guria criada pelo sistema público de saúde, de transporte e de educação, eu sei o quanto ter um sistema público de transporte de qualidade muda a nossa vida, porque encarar um ônibus de má qualidade e caro faz com que a vida das mulheres, como eu, seja, muito pior. É inadmissível que a gente só fale aqui de aporte, quando é para a Carris, mas, quando fala de grana para o sistema privado, aí é subsídio. Enquanto no mundo inteiro, Ver. Cecchim, as grandes capitais subsidiam o transporte público, subsidiam, porque mobilidade não é só uma questão de transporte, é qualidade de vida. Quem mora na Restinga sofre, Ver.<sup>a</sup> Nádia, com transporte público, sofre, porque às 7 horas da noite não consegue voltar para casa. E aí, Ver. Cecchim, nós não estamos de mágica. A gente

falou aqui das isenções; nós não temos estudos que comprovem que as isenções iriam baratear o valor da passagem. Isso é equivocada, a gente joga uma série de questões sem comprovação, isso joga com o povo que está em casa. O povo que está em casa precisa entender que o ônibus que passou na frente de sua casa, que levou para o trabalho, mesmo com dificuldade, foi a Carris, foi o sistema público; se fosse privado, não teria garantido o transporte básico. Aí a gente precisa questionar, não dá par vir aqui falar. A gente vai enfrentar o Plano Plurianual, que pode ser uma forma, pode ser um grande instrumento de unidade desta Casa, dos vereadores. O Ver. Janta veio aqui e falou com muita propriedade, ele sabe que lá no Morro da Cruz, às 7 horas da noite, o povo não sobe a favela, fica lá embaixo, sobe a pé, ou se vira para subir. Esta Casa precisa encarar com seriedade, enfrenta uma pandemia, o povo teve que voltar para trabalhar, mas sem condições, porque, às 7 horas da noite - a galera gosta de dar banda em shopping - aquele trabalhador não tem como voltar para casa. É inadmissível, vamos ser sensíveis, a gente está aqui, porque fomos eleitos pelo povo, para representá-lo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Quero me dirigir, aqui nesta tribuna, a você, cidadã, mãe, a você, cidadão pai, a você que zela pela educação do seu filho, a você que sabe a importância de uma escola pública financiada pelo Estado porque o Estado arranca de você todos os dias um imposto muito caro, é uma vergonha este Estado brasileiro que violenta a carteira do trabalhador. Agora, se não bastasse o Estado, que concentra dinheiro.... Sim, o Estado hoje sequestrado pelos neoliberais, concentra dinheiro nas contas bancárias de poucos, dos supermilionários e bilionários da Nação. Este mesmo Estado aqui, através desta Câmara, propõe um projeto de *homeschooling*. Diz assim: "Institui as diretrizes da educação domiciliar". Como que o Estado vai fazer isso se até agora ele não conseguiu democratizar o acesso à escola de educação básica, dos 4 aos 17? Tem jovens, crianças, em Porto Alegre, que não têm uma vaga em escola. Aí, propõem o *homeschooling*. *Homeschooling* é inconstitucional, porque está colocado lá, na nossa Carta Magna, na LDB, que tem que se matricular em escola pública. Aí, na justificativa, tem aqui o Parecer nº 888.815 do recurso extraordinário do Supremo, que eu trouxe para ler, diz o seguinte: (Lê.) "A Constituição Federal não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, mas proíbe qualquer de suas espécies que não respeite o dever de solidariedade entre família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens e adolescentes". São inconstitucionais, portanto, as espécies de *unschooling* radical (desescolarização radical), *unschooling* moderado (desescolarização moderada) e *unschooling* puro, em qualquer de suas variações." E, no projeto, fala em *homeschooling*, então, é projeto inconstitucional, não pode ter desescolarização. Vejam só, 2021, e querem

descolarizar, querem tirar o direito de a criança estar na escola, do jovem, e, mais do que isso, a escola é um lugar de proteção, porque muita gente comete violência contra as crianças. Infelizmente, ainda, no Brasil, muitos lares cometem violência de vários tipos. Por isso a importância do Conselho Tutelar. Este projeto quer fazer sabe o quê? Acabar com o papel do Conselho Tutelar nesta cidade, tirar o espaço de proteção das crianças, por quê? Porque, de fato, qual é o interesse por trás disso? É engraçado que aqueles que defendiam "voltem as aulas presenciais", agora querem que as crianças fiquem no domicílio? E diz aqui que a pessoa vai ir na SMED para optar para ir à escola ou ficar no domicílio. O que é isso? Os super-ricos - na verdade, eu sei o que eles querem - querem, depois deste projeto aqui, querem buscar não pagar impostos para não financiar a escola pública brasileira. Esse é o interesse último, é sonegar impostos de forma legal, porque muitos já fazem sonegação de forma vergonhosa neste País. Eu fico indignado, porque, como professor, nós batalhamos tanto para que essa escola abraça todos, que cuide, que acolha, e agora estão se voltando contra a escola pública, construída por gerações de brasileiras e brasileiros, que democratizou o acesso ao ensino fundamental apenas há 15 anos. Em vez de defender que tenha mais recurso para a escola pública, defendem o fim da escola pública. Eu não posso compactuar com isso, não posso me calar. Como cidadão desta cidade, nós queremos mais escolas, nós queremos mais criança nas escolas, nós queremos mais educação. Nós queremos que os ricos paguem, sim, para que a escola pública seja financiada e não que esses poderosos comandem agora quanto de imposto vai entrar ou não no Estado. É uma vergonha, é uma vergonha. Espero que os proponentes retirem de tramitação esse projeto inconstitucional. Reitero: inconstitucional. O Supremo já se pronunciou, primeiro o Congresso Nacional tem que fazer lei. Poderá fazer, pode, o Congresso Nacional pode estabelecer, se quiser, ensino domiciliar, mas, por enquanto, não podem legislar a Câmara nem a Assembleia. É perda de tempo e gasto de dinheiro público. Tive que vir aqui por cinco minutos do dinheiro do povo para discutir uma vergonha inconstitucional dessas. Isso é um disparate, é um desrespeito com todos nós na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Ver. Jonas Reis?

**Vereador Jonas Reis (PT):** Sim, eu fui citado pelo líder do governo, o Ver. Cecchim, do MDB, e o Presidente Temer dele, a gente sabe por onde anda e também o Eduardo Cunha que puxou uma cadeia bem pegada, Eduardo Cunha é o líder do *impeachment* do golpe.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** O Ver. Jonas Reis esqueceu que o Temer ajudou a eleger uma incompetente e que não soube nem se defender do

*impeachment* que foi a Dilma, por falta de preparo e pagou os pecados do ex-Presidente Lula. Ver. Jonas, o Presidente Temer foi o seu vice, eu não votei nele.

(A Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB):** Boa tarde, boa tarde para quem nos assiste de casa, boa tarde para os colegas vereadores que estão presentes hoje em plenário. Eu pensei duas vezes se subia a esta tribuna aqui para responder ao vereador sindicalista Jonas Reis, mas eu não tenho estômago para ouvir tanta mentira e desinformação, ainda mais contra um projeto que tenho como prioritário, como o projeto do *homeschooling*, projeto meu e do Ver. Hamilton Sossmeier. Cheguei a pensar, ouvindo as palavras proferidas, que ele estava lendo outro projeto, tamanha a desinformação propagada. Mas esperar o que de um vereador sindicalista? Propusemos esse projeto para que as crianças não precisem ficar em salas de aula com professores como o Jonas, se não quiserem. O projeto não obriga ninguém a optar pelo *homeschooling*, que é o ensino domiciliar. É um projeto feito para garantir o direito das famílias que optaram pela modalidade, que são pouquíssimas pessoas, não chega a 3% da população. Tem que ter recursos, tem que ter condições para fazer isso, então, as pessoas que optaram pelo *homeschooling* têm de ter o seu direito preservado, porque é um direito assegurado constitucionalmente, é a liberdade de as famílias escolherem. Vou aqui esclarecer novamente porque talvez o Ver. Jonas Reis não saiba, mas, para um projeto ser inconstitucional, ele tem que ir contra uma lei, tem de ferir algum princípio legal, não é só porque não existe uma lei federal que um projeto é inconstitucional. Isso é bem básico. Mas tudo bem, a gente entende porque o próprio Jonas escolheu a desescolarização, porque ele não pisa, como professor, em sala de aula para dar aula. As crianças até poderiam estar na escola com aula com o professor Jonas, mas não tiveram essa possibilidade.

O projeto do *homeschooling* é muito bom, é muito bem produzido, vem assegurar e garantir os direitos das famílias ao *homeschoolers*, das famílias que optaram pelo ensino domiciliar. Desescolarizar, Ver. Jonas, não é deseducar, não é ir contra o ensino, é simplesmente optar por outra modalidade de educação. Uma modalidade aceita pela maior parte dos países do mundo e não há motivo algum para que não se aprove aqui. Os únicos contrários a esse projeto são os esquerdistas e os sindicalistas da área de Educação, que têm muito medo que isso cresça e que venha a deixar os sindicatos sem poder, que venha a tirar as crianças de dentro da escola, muitas vezes, doutrinação. Muitos pais optam pela modalidade de ensino domiciliar simplesmente porque não aguentam ouvir professores como o Jonas pregando em sala de aula.

Venho aqui também dizer que o Plano Plurianual é um plano orçamentário e de metas, ele não é um plano ideológico ou uma peça publicitária. Só quem não entende o que é um PPA, que vem discursar na tribuna sobre a falta de citações à mulher, ao

racismo, ao machismo. Não é o lugar, no Plano Plurianual, não é o espaço para isso. Então, ouvir os vereadores de esquerda – me desculpa, eu vou apelar para o humor aqui –, mas, às vezes, me lembra o programa da Escolinha do Professor Raimundo, tal é a quantidade de bobagem que a gente ouve. Hoje a gente aprendeu inclusive que até pela alta do preço da banana o Presidente Bolsonaro é o culpado. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Boa tarde a todos, boa tarde colegas e quem nos assiste pela TVCâmara e pelas redes sociais. Eu quero fazer um comentário sobre a questão do *homeschooling*, que é uma educação domiciliar, está em 64 países e que não é um projeto de lei de obrigação ou de obrigatoriedade. É um projeto que viabiliza, facilita as pessoas que querem, que têm condições de poder educar os seus filhos em casa. Lembro aqui que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê em seu art. 205 que a educação é um dever compartilhado entre família e Estado, desde o Recurso Extraordinário nº 888/815, em que o Supremo Tribunal Federal, o STF, manifestou-se garantindo o direito de educação domiciliar, e essa não é vedada, requerendo apenas que haja regulamentação de ferramentas que permitam a sua fiscalização pelo poder público, já aprovadas, na semana passada, na Assembleia Legislativa pelos deputados, pela grande maioria dos deputados, e agora já está na Comissão de Constituição e Justiça, CCJ, da Câmara dos Deputados em Brasília. Então, o Estado brasileiro não abre mão do seu dever para com a educação, quando permite que famílias corresponsáveis na sua promoção eduquem seus próprios filhos – justamente o oposto –, compromete o seu dever educacional, quando sabendo do direito de as famílias perseguirem tal caminho, omite-se em provê-las das ferramentas necessárias e da sua efetiva aplicação. Portanto, o projeto não conduz em retirar qualquer direito das famílias, também não prejudica escolas, não prejudica *vans* escolares, não prejudica a educação, pelo contrário, está provado que esta cresceu mais de 2.000% em diversos estudos acadêmicos que atestam a qualidade dos resultados obtidos por meio da educação domiciliar. Sabemos que a educação domiciliar é para todos, mas poucas famílias vão ter condições de ter o ensino domiciliar. Mas por que nós negamos o direito daqueles que têm condições e optaram pelo ensino domiciliar, já que nós estamos vivendo um período em que as minorias têm o direito à livre manifestação, também temos de dar esse direito às famílias que têm condições, mesmo que seja um pequeno grupo, mas que tenham condição de poder educar os seus filhos, ensinar os seus filhos e ter esse direito garantido pela nossa legislação? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, colegas vereadores, eu queria falar de alguns projetos que estão em pauta, sendo que alguns são de minha autoria. Um deles é o PLL nº 191/21, que inclui a efeméride da Semana de Práticas Integrativas e Complementares. Cada vez mais nós estamos vendo práticas, terapias alternativas ajudando as pessoas a terem uma melhor qualidade de vida, dentro do que é possível, por meio de *reiki*, barras de *Access*, acupuntura, uma série de terapias. Então, é importante esta Casa referenciar esse tipo de terapia que as pessoas estão procurando.

Também estou incluindo o PLL nº 150/21, Semana em Defesa do Direito dos Autistas, que será na primeira semana do mês de abril. Nós temos o Dia do Autista, então, nós estamos propondo ter uma semana na nossa cidade para discutirmos esse tema que, cada vez mais, está presente nas nossas famílias.

Também estou propondo, no calendário de eventos de Porto Alegre, o Dia do Cambone. Para quem não sabe, os cambonos são os auxiliares da umbanda, quimbanda, candomblé, são as pessoas que ajudam os médiuns no momento em que estão trabalhando. Então, essas pessoas são muito importantes num terreiro, numa casa de umbanda, mediante o auxílio ao médium que ali está presente. Então, nós estamos propondo incluir no calendário de Porto Alegre o Dia do Cambone.

Quero falar também de um projeto da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth sobre a ampliação de recuos na colocação de mesas e cadeiras. Eu me refiro – vereadora, até o ex-vereador Ricardo Gomes, hoje vice-prefeito, apresentou um projeto semelhante a esse – à questão da inclusão de amplificadores, caixas acústicas e autofalantes. Nós debatemos muito essa questão, eu iria fazer uma emenda, mas a senhora está dizendo que vai, porque é uma dificuldade pegar algumas ruas da Cidade Baixa, por exemplo, se um colocar um *funk*; outro, um *rock*; um, uma MPB; outro, um *reggae*, vai gerar um atrito. Ter a possibilidade de as pessoas sentarem numa calçada, tomarem um refrigerante, um suco, uma cerveja, conversar e comer alguma coisa é válido e necessário para humanizar a nossa cidade, transformá-la em algo especial, mas essa questão do som, se a senhora nos permite, faremos uma emenda.

Também queria que a senhora estudasse o seu outro projeto, o que permite a doação de excedentes de gêneros alimentícios, sejam industrializados ou *in natura*, para pessoas físicas ou jurídicas. Ótimo, mas eu acho que tem de ter um cadastro na assistência social, tem de ter um cadastro na Secretaria da Saúde até para proteger o dono desses estabelecimentos porque foi proibido em função disso, de não ter proteção. Então, eu acho que tanto quem recebe quanto quem doa deve ser cadastrado nos órgãos de competência do Município, não teria nenhum problema.

Outro projeto seu que está polemizando, eu acho que se podemos trabalhar em *home office*, se milhares de empresas podem trabalhar em *home office*... Eu acho que nós estamos falando de direito; eu, como pai, não abro mão de levar a minha filha para a escola, com três anos e meio, quase quatro anos, porque não me imagino - Ver.

Moisés, que também tem uma filha nessa idade - ficando o dia inteiro com esse ser, que eu amo muito, em casa; então, tem de botar essa energia para fora. Mas eu tenho um filho que está fazendo uma pós-graduação e nada impede de ele fazer isso em *home office*, nada impede de um aluno ter essa opção ou de um pai, nesse período de pandemia, ter essa opção. Ainda, hoje, nós chegamos a trinta e poucas mil mortes, no Rio Grande do Sul, pelo coronavírus. Eu estou com duas pessoas de minha relação internadas com problemas respiratórios, depois de terem tomado a segunda dose da vacina. Então, não se tem nada ainda... A própria médica da Casa diz que se precisa vacinar um número estrondoso de pessoas, em torno de 80%, para se começar a ter um pouco de tranquilidade como foi com a H1N1 e outras chagas que nós temos. Então, acho importante esse debate da Casa, dessa possibilidade de abrir e dar essa estrutura. Também, nós não podemos permitir o *home office*, e lá numa comunidade não tem internet, lá numa comunidade não tem os aparelhos necessários para que essa família faça. Então, acho que é um grande debate que se abre, nesta Casa, para se discutir essa possibilidade. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Presidente Nádia, colegas vereadores, colegas vereadoras e público que nos assiste, eu venho aqui para falar do projeto da Ver.<sup>a</sup> Fernanda e do Ver. Hamilton. Gostaria de dizer para a senhora que vem tarde demais esse projeto. Fui conselheiro tutelar por sete anos, na região central, e, em 2004, eu atendi uma família que a mãe vivia dentro de uma bolha, em casa, e denunciaram, no Conselho Tutelar que o pai não estava deixando os filhos irem para a escola. Foi denunciado no conselho, chamei esse pai, um grande empresário de Porto Alegre, e ele colocou a situação, o porquê de não estar deixando os filhos, era por medo de os filhos levarem vírus, bactérias para dentro de casa. Um caso que tive de levar para o Ministério Público e, infelizmente, o Ministério Público deu contra. Então, esse é um caso, esse projeto é justamente para esses tipos de casos, quando uma família pode pagar os professores particulares, justamente, para proteger a família, proteger a saúde. Então, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, Ver. Hamilton e colegas, eu venho aqui encaminhar o nosso voto, o voto do Republicanos, ou melhor o meu, porque eu não conversei com o Alvoní, mas eu tenho certeza de que a senhora poderá contar com o nosso voto. Ver. Hamilton, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente, colegas e todos que estão nos acompanham na tarde de hoje. Vou ser sucinto, prestei atenção na fala de todos os colegas nos períodos de Pauta, de Pauta Especial e nos tempos de liderança, e muito se falou do transporte público. Então, preciso, como líder do PSDB, fazer alguns registros com a autorização da nossa bancada, do Ver. Gilson Padeiro, do Ver. Ramiro e do Ver. Kaká. Alguns aqui terão de pedir desculpas ao governo Marchezan, ao nosso governo, ao nosso secretário Tortoriello, porque alguns problemas, Ver. Cecchim, poderiam não existir mais, se o populismo e a política fácil tivessem sido colocados de lado, se a eleição não tivesse também contaminado esta Casa, e se a gente pudesse ter enfrentado, talvez, o tema dos cobradores, repito, sem demitir nenhum cobrador. A proposta era essa: quando se aposentassem, não haveria mais a obrigatoriedade de repor, mas alguns fizeram politicagem, populismo com o tema. Esse problema nós não teríamos, mas, certamente, o impacto na tarifa seria sentido beneficentemente. Segundo, esse tema, Ver. Cecchim, que o prefeito atual está tendo de enfrentar, realmente, como o senhor disse, trará a questão das isenções, a questão dos critérios para essas isenções. Não é justo que os meus filhos tenham isenção, nós temos que dar isenção para aqueles estudantes, aquelas crianças que precisam. Não existe almoço grátis, todo mundo sabe disso. Nosso índice de isenção é muito acima do padrão normal do País. A tão questionada taxa de mobilidade urbana vai voltar ao debate, tínhamos a proposta de todo o empregador fazer uma contribuição e passariam os trabalhadores da cidade a ter até passe livre. Acho que o secretário atual, o Záchia, está estudando fórmulas, mas vamos fazer esse debate e vamos deixar lá na rua o populismo, o discurso fácil, porque, senão, não vamos ajudar a cidade, vamos ficar fazendo discurso apenas para os nossos eleitores, de uma forma, desculpa, leviana, covarde de enfrentar os problemas da cidade. Eu rebato aqui, Ver. Idenir, também algumas coisas que eu ouvi. Quero só, educadamente, responder à Ver.<sup>a</sup> Bruna, pois eu, no governo passado, assisti vários empreendedores pedirem para entregar a sua linha, inclusive os de táxi-lotação. Temos um problema sério, também, para ser enfrentado na questão de atrelar ao preço das passagens, o que eu acho que isso é inconstitucional. Então, vários empresários do ramo de táxi-lotação de Porto Alegre estão tentando entregar as linhas, mas existe um contrato que precisa ser respeitado. Os empresários, às vezes, querem entregar, mas não podem, porque tem um contrato a ser cumprido. Então, é muito ruim vir aqui dizer isso. Para chegar à conclusão do que eu vim falar... O Ver. Jonas, também, fala sobre o tempo de vida útil dos ônibus; e eu peço muita atenção, aqui, dos colegas sobre vir aqui, como o Ver. Jonas fez, e dizer para as pessoas que estão acompanhando, como representante do PT, que "é um absurdo, porque aumentaram o tempo de vida útil". Ver. Jonas, que não está aqui no plenário neste momento, onde o senhor quiser assistir, essa pauta foi enfrentada aqui e teve 19 votos e com o voto do PT.

Então, é muito bonito vir aqui dizer; tivemos 19 votos e tivemos votos do PT para fazer isso e para combater tarifa alta. Para encerrar, Presidente, a bancada do PSDB não poderia se furtar de subir aqui e agradecer aos grandes serviços prestados

pelo secretário Rodrigo Tortoriello, do governo passado. Nessa proposta, o PSDB, mesmo tendo perdido a eleição, não perderá a sua coerência.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver. Comandante Nádia.

O Ver. Roberto Robaina solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 23 a 29 de junho de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Declaro encerrados os períodos de Pauta Especial e Pauta. Senhores vereadores, tendo em vista o acordo de líderes para a reunião conjunta das comissões...

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** V. Exa. falou em acordo de líderes e do governo, mas eu não fui consultado de qualquer acordo.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Sobre a reunião conjunta, o senhor se manifestou favorável? É sobre o projeto dos professores.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Não me manifestei, Presidente. Eu me manifestei favorável à inversão da ordem dos trabalhos para correr a Pauta.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está bem, então vamos ingressar na Ordem do Dia. Solicito ao diretor legislativo que proceda à verificação de quórum para que ingressemos na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois vereadores e vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h27min:** Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0212/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 063/21**, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui na ordem prioritária de vacinação contra o novo Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Município de Porto Alegre agentes da segurança pública, agentes da saúde e demais profissionais considerados como pertencentes às atividades essenciais e que estejam envolvidos diretamente no combate a pandemias ou quaisquer outras crises sanitárias. **(SEI 208.00077/2021-87)**

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Pedro Ruas: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

**Observações:**

- com Emenda nº 01, do Ver. Leonel Radde;
- incluído na Ordem do Dia em 17-05-21 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLL nº 063/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Colegas vereadores e vereadoras, peço que este projeto seja aprovado no dia de hoje, porque ele não se restringe ao Covid, é um projeto muito amplo que está vinculado a toda vez que nós tivermos uma pandemia, e eu espero que nós não tenhamos mais, mas que tenhamos um regramento de prioridade profissional nessa pauta. Do meu ponto de vista, deveríamos ter três grupos de vacinação desde o princípio, que seriam por idade, outro grupo vinculado a comorbidades, pessoas com deficiência, imunodeficientes e um outro grupo, que é o que estamos tratando agora, que seriam as categorias profissionais. Durante o pior período da pandemia, só utilizando o exemplo daqui do nosso Município, os guardas e as guardas municipais seguiram fazendo o seu trabalho, sem qualquer tipo de respaldo e sem qualquer observância em relação à vacinação. Quem fiscalizava o distanciamento social eram os guardas municipais; e não houve, em nenhum momento, preocupação com a sua vacinação. O mesmo vale para todos os policiais e todas as policiais do nosso Estado e do nosso País, que não tiveram qualquer tipo de priorização na vacinação. Com relação aos profissionais da saúde, igualmente. E este projeto é muito amplo porque ele diz que além dos profissionais da segurança pública e da saúde, todos aqueles que sejam reconhecidos como atividades essenciais: fiscais de trânsito, da nossa EPTC; assistentes sociais - todos aqueles que não puderam parar durante a pandemia... Vale também para motoristas de ônibus, do coletivo, do transporte público, vale para, agora que está se dizendo, professores e professoras, pois, se são considerados atividades essenciais em relação à pandemia, como diversas câmaras de vereadores e assembleias aprovaram, devem ser vacinados. Todos aqueles que estejam combatendo a pandemia, que estejam colocados como atividades essenciais devem ter prioridade na vacinação - isso salva vidas! Isso é valorização dessas pessoas, desses cidadãos e

cidadãs durante a realização da sua vocação profissional. Volto a referir a relevância da aprovação deste projeto de lei que não está restrito ao Covid, pois abrange aqueles que não pararam em nenhum momento durante o pior período dessa crise de saúde pública que nós vivemos no nosso País. É, mais do que tudo, um reconhecimento a essas categorias e a todos aqueles e aquelas que padeceram dessa doença. Deixo aqui o meu abraço e a minha reverência a toda a família, a todos os amigos do colega Luiz Henrique Lamadril, vitimado pela Covid, que não teve chance de ser vacinado a tempo e a todos os quase 500 mil brasileiros que vieram a óbito por não terem acesso à vacina. Mais uma vez, estamos aqui trazendo uma pauta relevante para a nossa capital e eu tenho a convicção de que este projeto será aprovado porque ele é de extrema relevância e de extrema importância, e é bom que se diga que as competências para a vacinação, para a saúde são concorrentes do Estado, do Município e da União. Então, está muito adequado, agradeço a relatoria do Ver. Pedro Ruas e agradeço a oportunidade. Deixo aqui o meu abraço a todos os trabalhadores e trabalhadoras de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Só para ajudar o Ver. Leonel, quero informar que mais de 300 mil já haviam morrido antes de inventarem a vacina.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 063/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores e público que nos assiste pela TVCâmara, quero dizer que é muito meritório este projeto de lei do vereador, mas dizer também que este é um projeto que era válido antes do que está acontecendo agora. Os profissionais da segurança pública já foram vacinados, os professores estão vacinados, os garis estão vacinados, pessoas com comorbidades continuam sendo vacinadas, dia após dia, pessoas com deficiência, trabalhadores do transporte coletivo, forças armadas, forças da segurança pública, Polícia Civil, Brigada Militar, Guarda Municipal, EPTC, funcionários do sistema prisional, população privada da liberdade - inclusive os presos estão sendo vacinados, jovens em medidas de sócio educação. Meritório lá no início; hoje é um projeto que é chover no molhado, é jogar para a torcida e dizer: "Eu que fiz!" Isso o governo já está fazendo, já está acontecendo a vacinação que se propôs lá no início deste projeto. Então, eu gostaria de solicitar, muito gentilmente, ao Ver. Leonel, que retirasse o projeto ou que pedisse que os vereadores votassem negativamente, porque isso já está acontecendo. Hoje, 53% da população vacinável está vacinada, Ver. Idenir Cecchim! Um orgulho para a nossa capital: a capital que mais vacina no País! Isso por quê? Porque nós temos um gestor na Secretaria da Saúde, junto com a sua equipe. O secretário Mauro Sparta, juntamente com a sua equipe, está fazendo um excelente trabalho, um trabalho de qualidade, um trabalho de miudinho, Ver.<sup>a</sup> Mônica, um trabalho que chega na ponta, chega para as pessoas que estão trabalhando desde o

início da pandemia e que nunca pararam. Então, eu gostaria de pedir para os colegas vereadores que, assim como eu, votassem "não" a este projeto, porque é um projeto que já está acontecendo e nós não podemos fazer, aqui, graça para o diabo rir, porque isso já está em pauta. E não vai acontecer nenhum *card*, espero, amanhã, um *card* do PT dizendo que os vereadores não querem que vacinem. Eu tenho certeza de que isso não vai acontecer porque nós queremos, sim, vacinação! Nós queremos que as pessoas sejam vacinadas, mas não adianta a gente fazer um projeto de coisa que já está acontecendo na cidade; aí não vale, aí não fica nem bonito. E é como eu iniciei a minha fala: seria meritório este projeto lá no início, quando isso não acontecia, vereador. Inclusive o Ver. Bobadra também fez um projeto nesse sentido para a segurança e acabou retirando, porque já está acontecendo. Então, parabênz pela sua grandeza de pensar na segurança pública, de pensar nos professores, mas quero também ver a grandeza de V. Exa. dizer: "Isso está acontecendo. Parabéns, Porto Alegre! Parabéns, prefeito Melo, vice-prefeito Ricardo Gomes e principalmente a toda a equipe da Secretaria da Saúde." Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereador Leonel Radde (PT):** Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, este projeto não foi aprovado anteriormente porque V. Exa. entrou com vários recursos contra ele na CCJ, há dois meses. Se este projeto tivesse sido aprovado há dois meses, centenas de policiais não teriam se contaminado e morrido por causa da Covid. Porque V. Exa. apresentou um projeto igual e depois entrou com recurso na CCJ para prorrogar esse processo. A verdade tem que ser dita.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** O vereador é muito novo aqui na Casa. Projeto tem um rito, projeto tem início, meio e fim. Projeto malfeito deve ser revisado ou deve ser arquivado. E o projeto do vereador estava muito ruim, então ele teve que arrumar. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 063/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, vereadores e vereadoras presentes, público que nos assiste, eu penso que o projeto do Ver. Leonel Radde é extremamente meritório, e a reflexão que nós devemos fazer, neste momento, é que o projeto, no seu texto, não se refere apenas à pandemia de Covid-19, que, lamentavelmente, nós ainda estamos vivendo e tentando fazer esforços, de diferentes maneiras, para superar esse momento trágico. Hoje o Brasil beira chegar a uma marca de 500 mil mortes, ainda temos uma média diária de mortes que está perto dos 3 mil. Somos, infelizmente, o epicentro mundial da pandemia, ainda. Nesse sentido, o projeto do vereador tem utilidade imediata para algumas categorias que não foram atendidas e que são compreendidas como serviço essencial. De fato, algumas coisas já

aconteceram por força de muita mobilização social, por exemplo, vacinação de professoras e professores, agentes de segurança pública, vários hoje estão tendo oportunidade de se vacinar, tardiamente, mas há setores que ainda não tiveram essa oportunidade, e esse projeto pode ajudar a acelerar.

Vou dar um exemplo: as educadoras e educadores sociais que são vinculados às entidades que têm parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Esse grupo não está incluído ainda, não teve a oportunidade de tomar a vacina e presta um serviço fundamental durante o combate à pandemia. Nas nossas comunidades, quem está atendendo à gurizada, quem está tendo contato com a juventude, num momento de extrema dificuldade, são os educadores sociais. Esse grupo pode, com esse projeto, dar um passo adiante para garantir essa imunização.

Como eu disse inicialmente, nós temos que começar a prestar atenção em qual legado a Câmara de Vereadores, o nosso Legislativo vai deixar para o combate a outras pandemias. Infelizmente, a ciência já nos aponta a possibilidade, nos próximos anos, de situações como essa acontecerem por outros motivos. Então é possível e necessário que a gente comece a se preparar. Eu quero destacar esse aspecto do projeto, preparar a cidade de Porto Alegre para que, diante de outras situações, a gente consiga dar passos mais firmes no combate a situações de extrema gravidade, para tentar fazer com que vidas sejam preservadas. Esse é um elemento importantíssimo do projeto que o vereador apresenta, por isso nós devemos votar favoravelmente à aprovação desse projeto que, de fato, poderia e deveria ter sido aprovado antes – poderia e deveria –, mas não foi. Sendo agora, ajuda também categorias que ainda não puderam acessar à vacina e começamos a construir um legado para outras situações que a gente, infelizmente, pode vir a enfrentar nos próximos anos, nas próximas décadas.

Essa é a minha opinião sobre o projeto, e penso eu que nós devemos deixar de lado, neste momento, discussões que são secundárias, Ver. Leonel Radde, como quem fez o projeto primeiro. Não é essa a questão. Há pouco eu conversava com do líder do governo, Ver. Cecchim, sobre a importância de um projeto que estava na pauta, das professoras e professores do Município, que estão precisando, urgentemente, da prorrogação dos seus contratos, porque já tem gente sendo demitida, tem escola que está sem professor. É um projeto do governo, nós, da oposição, estamos apoiando. O vereador apresenta uma proposta importante para o momento em que nós estamos vivendo, e não pode ter esse tipo de discussão, a Câmara tem que olhar para o que é útil para a cidade de Porto Alegre, aquilo que ajuda a preservar vidas, e tem que aprovar um projeto meritório como esse. Essa é a minha opinião. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Eu gostaria de fazer um pedido, um requerimento, enfim, ao Ver. Leonel Radde: que ele retirasse o projeto da votação de hoje, porque isso que aconteceu aqui, eu considero muito grave.

Eu gostaria de ver esse processo, esse projeto, os recursos, para que a gente não corra o risco de votar algo sem antes esclarecer, porque a CCJ é uma comissão

importantíssima, a Comissão mais importante desta Casa. Se nós não tivermos, como vereadores, segurança de que um projeto que está lá é analisado sem alguma preferência, aí, realmente, senhores e senhoras, eu posso dizer que, em toda a minha vida política, eu nunca vi nada igual. O que foi dito neste microfone me levou a fazer esta questão de ordem, e eu solicito ao Ver. Radde que adie a discussão do projeto, para que tenhamos tempo de examinar essa questão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver. Mônica Leal.

**Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento):** De acordo. Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão PLL nº 063/21, por uma sessão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Peço a compreensão dos vereadores Pedro Ruas, Oliboni e Jonas, que estavam inscritos, mas, tendo em vista o requerimento do vereador para adiamento da discussão, vou ter que colocar em votação.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Eu queria fazer uma outra questão de ordem. Os vereadores que estão inscritos nessa discussão não podem ser furtados desse debate hoje, independentemente... Parar no meio a discussão? Adiar a votação, acho que sim, mas a discussão e nós não poderemos...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O requerimento de adiamento precede. Não está encerrada a discussão. O vereador acolheu a sugestão, em que pese o parecer da CCJ foi votado e aprovado por inexistência de óbice, e o vereador entendeu que era oportuno dar prosseguimento ao apelo.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)  
**APROVADO.**

Conforme deliberado na reunião do colégio de líderes, coloco em discussão o PLL nº 045/21, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0152/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 045/21**, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Paulo Fernando Scolari. **(SEI 161.00011/2021-52)**

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ e CECE**. Relatora-Geral Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 31-05-21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em discussão o PLL nº 045/21 (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 045/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 35 votos **SIM**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro aprovado o PLL nº 045/21. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo!

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu votei “sim”, diretor Luiz Afonso, e quero fazer um registro brevíssimo, que é o seguinte: eu não conheço esse cidadão, mas sou vereador, então, como regra, temos que votar “sim” nesses projetos de cidadania, a não ser que seja um projeto absurdo na opinião de alguém, que vou respeitar, evidentemente, porque esta Casa passou por um problema muito sério – essas pessoas não pedem o título, a ideia é do vereador, da vereadora. Há muitos anos, um jogador famoso de futebol, não vou citar o nome, teve um título rejeitado – e ele não tinha pedido. Então é uma situação muito delicada, vou votar “sim”, já anunciei, e acho que nós, via de regra, devemos fazê-lo. Claro, que em alguns momentos pode ocorrer uma situação em que um vereador, uma vereadora, um partido ou outro possa ter uma posição, mas eu peço que haja sempre esse esforço para prestigiar esse tipo de iniciativa, porque não é um pedido da pessoa homenageada, é uma ideia do vereador, da vereadora. Uma negativa pode gerar um constrangimento brutal. Votei “sim” neste e votarei “sim” sempre que puder em iniciativas dessa natureza.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Só para esclarecer, Presidente, para o Ver. Pedro Ruas, que o Paulo Scolari é diretor do Hospital Restinga e Extremo-Sul, eu falei isso na reunião de líderes e também falei numa outra reunião que nós tivemos anteriormente, talvez o vereador não tenha ouvido, só para que ele saiba sobre quem estamos votando.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Agradeço à Ver.<sup>a</sup> Cláudia, mas eu votaria mesmo sem saber.

**Vereador Mauro Pinheiro (PL) (Requerimento):** Presidente, o próximo projeto a ser votado é o Requerimento nº 138/21, de autoria Ver. Gilson Padeiro e outros vereadores, que requer a constituição da frente parlamentar sobre a prestação de serviços públicos no Extremo-Sul. Gostaria, se possível, Presidente, de solicitar que o Requerimento nº 167/21, de minha autoria, que requer a constituição da frente parlamentar Porto Alegre–Portugal, seja votado juntamente com o do Ver. Gilson Padeiro, em bloco. Solicito a formação de um bloco de votação composto pelos Requerimentos nºs 138/21 e 167/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Com relação a votar juntos, sim; mas, na reunião de líderes, ficou definido que o segundo a ser votado seria o projeto do Ver. Alvoni Medina. Então, votaríamos o bloco, depois o do Ver. Alvoni Medina, está bem? Este é o encaminhamento.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Está formado o bloco.

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 138/21 – (Proc. nº 0394/21 – Vers. Gilson Padeiro, Moisés Barboza, Giovane Byl, Claudio Janta, Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Pablo Melo, Kaká D’Ávila e José Freitas e Ver<sup>as</sup> Comandante Nádia, Cláudia Araújo e Psicóloga Tanise Sabino) –** requer a constituição da Frente Parlamentar sobre a Prestação de Serviços Públicos no Extremo Sul de Porto Alegre. **(SEI 165.00037/2021-05)**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 167/21 – (Proc. nº 0506/21 – Ver. Mauro Pinheiro) –** requer a constituição da Frente Parlamentar Porto Alegre–Portugal. **(SEI 039.00018/2021-16)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o bloco composto pelos Requerimentos nºs 138/21 e 167/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, vereadores.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;**

**encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0283/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 132/19**, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a campanha Junho Violeta – Violetas contra a violência – e inclui a efeméride Mês de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa – Junho Violeta – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de junho. **(SEI 087.00002/2020-84)**

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relatora Ver<sup>a</sup> Bruna Rodrigues: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Hamilton Sossmeier: pela aprovação do Projeto.

**Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 07-04-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLL nº 132/19. (Pausa.) O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (REP):** Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos os nobres vereadores e vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara e demais presentes. O presente projeto de lei visa instituir a campanha “Junho Violeta – violetas contra a violência”, com o fim de desenvolver ações de mobilização, sensibilização e conscientização da população sobre todos os tipos de violência contra as pessoas idosas no âmbito do Município de Porto Alegre. A campanha Junho Violeta tem como objetivo a mobilização da população, utilizando a cor violeta como símbolo da luta contra a violência ao idoso. A violência contra pessoas idosas é uma ocorrência cada vez mais frequente e se desenvolve principalmente nas relações sociais e interpessoais, perpassando todas as classes sociais. Os maus-tratos a idosos são caracterizados por abusos físicos, psicológicos e financeiros ou por negligência. Segundo dados da Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso de Porto Alegre, os crimes de maus-tratos contra os idosos cresceram 23,3% do ano de 2019 para 2020, e, no mesmo período, os crimes de estelionato contra o idoso aumentaram 60,5%, enquanto que as denúncias recebidas aumentaram de 401, em 2019, para 838, em 2020. No ano de 2021, nos meses de janeiro a março, foram registradas 272 denúncias de crimes praticados contra pessoas idosas. Até abril deste ano, o Disque 100 recebeu 1.413 denúncias de violência contra os idosos, sendo que, meus amigos e minhas amigas, em 824 dos casos os suspeitos são da própria família, o próprio familiar.

O dia 15 de junho marca o Dia Mundial da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa. O objetivo da data é criar uma consciência mundial, social e

política em relação ao tema e assim disseminar a ideia para prevenir casos de abuso e violência contra os idosos. Inclusive ontem nós fizemos, na Esquina Democrática, uma ação, distribuindo panfletos para orientar as pessoas, mostrando que, quando forem seus direitos cassados, elas podem entrar em contato com o Disque 100 ou através do número da delegacia – 3288-2390 – em que a delegada Dra. Cristiane é responsável, aqui na cidade de Porto Alegre. Também podem entrar em contato através do nosso gabinete, no 3220-4277, nós estaremos ali à disposição.

Peço aos nobres colegas a aprovação deste projeto, e deixo aqui uma reflexão dizendo que, quem abre uma empresa que não dá lucro, que tem que investir dinheiro, e a empresa continua não dando lucro? Quero agradecer a presença de todos e pedir a aprovação deste projeto. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 132/19.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre, venho até esta tribuna para discutir um tema muito importante. Muitas vezes nós caminhamos nas avenidas, trabalhamos em diferentes locais, vivemos numa cidade, passamos por todos os seus espaços e não nos damos conta que quem construiu isso tudo que aqui está foram as gerações que vieram antes de nós, esses que estão aí e outros tantos que já se foram. Uma cidade é feita de pessoas e da interlocução entre as gerações, não dos choques geracionais, mas da interlocução. Eu vi, num noticiário, no dia 15 de junho, este mês, uma coisa vergonhosa: estabelecimentos, empresas que se diziam lares para idosos, mas que lá havia tortura, violência, ataque à vida de tantas pessoas que, de certa forma, estavam desassistidas pelo Estado. Porque quando há violência contra o idoso, a idosa, mesmo tendo o Estatuto do Idoso, significa a ausência do Estado fiscalizando esses que querem lucrar com a vida das pessoas. Por isso o Ver. Medina tem o meu apoio, tem o meu respeito nesta pauta, porque eu sei valorizar quem veio antes da gente, e nós precisamos não só homenagear, precisamos de políticas públicas robustas, aí o papel da Prefeitura de Porto Alegre. Há muitos idosos indo nos CRASs e não conseguindo sair de lá com uma cesta básica, saem de lá com as mãos abanando. Isso é uma violência que a Prefeitura de Porto Alegre perpetra, e isso não pode continuar. Marcar esta data, este mês como um mês de valorização é fundamental. Nós queremos chegar aos 70, 80, mais ainda – não sei se todos conseguiremos –, e temos que pensar que o Rio Grande do Sul e Porto Alegre estão tendo cada vez mais longevidade, a expectativa de vida aumentada. Também há muito malandro oferecendo empréstimo, tirando renda de idosos, vendendo porcaria; há muito malandro se aproveitando de algumas fragilidades, da ingenuidade daqueles que, às vezes, acham que vão ser ajudados, mas o malandro quer roubar. Por isso, combater a violência contra esse grupo social é fundamental, tem o apoio da bancada das trabalhadoras, dos trabalhadores, do PT, essa importante proposição, vereador. Temos muito orgulho de quem construiu o

que a gente tem hoje, de quem construiu esta cidade chamada Porto Alegre. Vida longa a todas as idosas, a todos os idosos, e que o Estado não se furte de fiscalizar esses que querem lucrar em cima dos nossos veteranos e das nossas veteranas, que nos ensinam muito, que constroem muito, porque eles não encerraram sua etapa de construção nesta sociedade, eles estão aí e precisam de políticas de esporte, de políticas de habitação, há muito idoso que não tem um lar próprio para morar, por isso a Secretaria de Habitação precisa olhar também para eles. Os idosos são aqueles que mais gastam no comércio, e muitas vezes são os que garantem a renda das famílias – em famílias desempregadas, é a aposentadoria que os mantêm. Por isso, precisamos não só combater a violência, mas construir um conjunto de políticas capaz de dar o espaço merecido na sociedade para as idosas e para os idosos. Um grande abraço. Obrigado

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 132/19.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Veja bem, não é bem assim, Ver. Medina. O picareta e salafatório que tirou o dinheiro dos aposentados e pensionistas do Brasil; o picareta e salafatório que não permitiu que os aposentados e pensionistas do Brasil tivessem direito a medicamentos, a exames e, principalmente, Ver. Medina, a curtir a vida na melhor idade; o picareta que liberou para o BMG e liberou para outros bancos tirarem o dinheiro dos aposentados se chama Luiz Inácio Lula da Silva – esse foi o grande picão que fez acordo com esses bancos para tirarem dinheiro dos aposentados, foi ele quem fez isso, não foi ninguém. Eu acho que o fato histórico não pode ser rasgado e não pode ser jogado no lixo. Quem fez acordo com os bancos, o picareta que fez acordo com os bancos para tirar dinheiro do trabalhador e para tirar dinheiro do aposentado foi o Luiz Inácio Lula da Silva, foi ele quem fez o acordo para tirar dinheiro. E volto a dizer aqui: o mesmo governo que não reduziu a jornada de trabalho em um segundo, o mesmo governo que não fez políticas públicas para vários setores e segmentos foi o mesmo governo que não permitiu que hoje os aposentados tivessem uma vida digna. Não reduziu R\$ 0,01 os impostos de remédios de uso contínuo, por exemplo, para as pessoas da terceira idade; não bancou com os planos de saúde – é um absurdo que hoje uma pessoa que passa dos 60 anos tenha que pagar para ter um plano de saúde; não criou UPAs para as pessoas da terceira idade; não criou sequer um hospital para pessoas da terceira idade. Então subir aqui à tribuna e dizer "os picaretas, os picaretas"... Tem até uma música, se eu não me engano, de Os Paralamas, que fala: "*Luís Inácio falou, Luís Inácio avisou. São trezentos picaretas com anel de doutor*". Então quem instituiu esse desconto na família dos aposentados que tira todo o dinheiro dos aposentados, vamos fazer justiça aqui, foi o Lula, foi ele quem criou esse imposto. E, realmente, os aposentados cada vez precisam mais, os aposentados precisam estar na rua, Ver. Medina, precisam estar nas praças, precisam ter o direito de aproveitar a melhor idade, porque, se não, ficam doentes. Eu dou o exemplo do meu pai,

que hoje está numa clínica, que ficou doente; trabalhou a sua vida inteira e, de uma hora para outra, não tinha mais nada para fazer, não tinham políticas públicas, que quem tem que implementar é o governo federal. Não adianta ter o Estatuto do Idoso se não tiver o que entregar para o idoso.

Então quero lhe dizer que o seu projeto começa a conscientizar a população quanto ao papel do idoso, pessoa que vários países do mundo idolatram, respeitam, reverenciam – o idoso, o professor e o médico. No nosso País, é diferente, o idoso vira um estorvo; o idoso vira, com os acordos com o sistema bancário, uma renda, muitas vezes, para a família, idosos que são obrigados. Então é uma política pública necessária para proteger os nossos idosos e proteger a nós mesmos no futuro – vamos começar a legislar já em causa própria. Eu acho que os idosos precisam ter uma saúde digna, mas, principalmente, ter direito ao lazer. O que traz alegria ao idoso quando tem um bailezinho, quando tem um passeio, um piquenique, é algo incrível; mas quantos realmente podem usufruir disso? Quantos realmente podem ir a um clube, podem usufruir de uma feirinha de artesanato, de um baile, de um bingo, de uma série de atividades que preenchem a mente dos idosos? Vários estão dentro de casa, no máximo fazendo uma palavrinha cruzada, um caça-palavras ou vendo televisão ofertando produtos que esse idoso não pode ter. Então o senhor tem todo nosso apoio ao seu projeto, tem todo nosso apoio na luta pelos idosos. O nosso sonho é, um dia, chegar lá, bem velhinho incomodando os outros, mas tendo pelo menos direito a tomar os nossos remédios de uso contínuo, tendo direito a uma boa alimentação e a uma vida digna. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 132/19.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Gostaria de parabenizar a iniciativa do Ver. Medina, extremamente relevante – parabéns pelo projeto, terá o nosso voto favorável. Mas eu quero chamar a atenção que o governo do Partido dos Trabalhadores, quando era governo, nível federal, trouxe diversas políticas de valorização dos idosos. Nós temos hoje o principal batalhador da causa dos idosos, que é o senador Paim, notório, respeitado por todos brasileiros e brasileiras, que sempre batalhou contra as reformas trazidas pelos partidos que hoje representam a base aliada do prefeito Sebastião Melo nas suas reformas da previdência, reformas trabalhistas, que atingem diretamente os idosos. Nós temos políticas – como a do Minha Casa Minha Vida – que foram extremamente relevantes para dar dignidade a diversos idosos. Bom que se diga e se lembre que aqui em Porto Alegre, através dessa lógica que segue o prefeito Sebastião Melo, que vem do Marchezan, foi retirada a isenção para a passagem gratuita para os idosos. Isso é um ataque àqueles que deram a sua vida, trabalharam a vida inteira, tiveram que enfrentar dias difíceis e não podem nem se deslocar mais de ônibus agora – reduziram, retiraram a isenção, aumentaram a idade para ter acesso a

essa isenção. Esse é o foco que se tem de valorização dos nossos idosos. Também o Luz para Todos: idosos com 60 anos, 70 anos que nunca tinham tido luz nas suas residências, foi por causa do Partido dos Trabalhadores que passaram a ter acesso à luz elétrica. Poderíamos aqui enumerar diversas outras políticas, como as UPAs, como o SAMU, que, com certeza, tiveram impacto relevante no aumento da expectativa de vida dos brasileiros e, com certeza, atenderam muitos dos nossos velhinhos – falo aqui com muito carinho.

Eu não tenho mais os meus pais, já são falecidos; meus avós já são falecidos; mas é bom que a gente valorize aqueles que vieram antes, que nos ensinaram muito e que têm experiência. É importante, mais uma vez, referir que o Partido dos Trabalhadores sempre fez políticas pensando nos idosos e naqueles que mais têm necessidade da utilização dos serviços públicos. A valorização do salário mínimo tem um impacto brutal, principalmente nos idosos.

Com o falecimento dos idosos durante a Covid-19... Inclusive, a direção do nosso INSS, administrado pelo Bolsonaro, fez um cálculo, lá no início da pandemia, dizendo que essas mortes seriam positivas, porque, no início, a Covid-19 só estava vitimando idosos; dizia que era, inclusive, positivo, porque isso traria uma melhora na balança, no déficit da previdência. Isso está dito, é só olhar no jornal, está dito pela administração Bolsonaro. Quantos idosos faleceram e qual foi o impacto disso na economia do nosso País? Isso é um projeto, isso é um desdém. Aliás, aqui nesta Casa, votaremos, nos próximos dias, talvez, neste mês ainda, a famigerada nova reforma da Previdência – perderam aqui, agora vão trazer uma nova tabela de contribuição. Atingirá quem? Os aposentados, os idosos. É esse o cuidado que a administração Sebastião Melo tem com os nossos idosos da capital. Então o Partido dos Trabalhadores tem muito o que falar, e ainda temos muito o que lutar a favor daqueles que dedicaram a sua vida e precisam ter dignidade durante a sua aposentadoria. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Presidente, eu acho que o vereador não viu que eu queria um aparte na sua fala, enfim – depois que o senhor for pedir para mim, eu vou lhe conceder. Eu só queria lhe ajudar, vereador, porque é bom a gente sempre deixar as coisas bem claras.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra se inscreve e vai lhe conceder um aparte, tenho certeza.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Então está bom, muito obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLL nº 132/19.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Eu já inicio lhe concedendo um aparte, Ver. Nádia.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Muito obrigada, Ver. Bobadra. Só quero fazer uma correção, Ver. Leonel Radde: aqui nós não tiramos direito de nenhum idoso quanto à passagem coletiva, bem pelo contrário; aqui nós votamos uma readequação na questão do que se trata a pessoa idosa, que é a partir dos 65 anos, Presidente – o senhor votou também conosco. Conforme rege a lei federal, idoso é a partir de 65 anos. Isso foi votado; então nós retiramos os nossos direitos, nós não teremos direito à passagem gratuita aos 60 anos. Mas é importante também dizermos que, para quem já tinha adquirido a gratuidade com 60 anos, 61 anos, 62 anos, nós mantivemos essa gratuidade. Então é importante, até para que a gente possa se preservar, Ver. Bobadra, que nós possamos retornar à realidade do que aconteceu aqui nesta Câmara de Vereadores. Muito obrigada pelo aparte.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Gostaria de parabenizar, inicialmente, o nosso colega Alvoni Medina pelo brilhante projeto – inclusive, eu fui relator na CEDECONDH. Dizer o quanto nós nos preocupamos com os nossos idosos, com a melhor idade. O meu pai está com 63 anos, minha mãe com 60; e nós temos que cuidar, sim, das pessoas que cuidaram da gente muitos anos atrás, cuidar com muito carinho dos nossos idosos. Ressaltar aqui que nós estamos vivendo tempos difíceis em todos aspectos, na União, nos estados e nos municípios; e tivemos reforma da previdência na União, nos estados e, agora, nos municípios. O próprio Presidente Jair Bolsonaro disse que votou no Lula, cometeu esse equívoco. E se hoje nós estamos vivendo uma crise nas finanças do Brasil, da União e do Município, muito nós devemos ao governo Lula, que, por óbvio, assim como todos os governos, fez coisas boas, mas, infelizmente, implementou a maior quadrilha da história do Brasil, que foi a quadrilha do mensalão, em que nós tivemos ex-presidentes, tesoureiros e dirigentes praticamente todos presos. Então é bom ressaltar que deram prejuízo bilionário ao Brasil. Importante nós restabelecermos a verdade aqui. Neste momento, nós estamos passando por um período de transição, temos que aprovar de alguma forma aqui a reforma da Previdência para amenizar essa crise que se instalou nos cofres públicos de Porto Alegre.

Eu fui procurado recentemente pelo pessoal da Carris, que está preocupado sobre a questão da privatização da Carris, também sobre a questão dos cobradores. O que eu disse para eles? Que eu tive informação de que 40% dos funcionários da Carris estariam afastados pela Covid-19; eles me disseram que não, que não era 40%, que era 21,3%, o que mesmo assim eu acho um número grande de pessoas afastadas pela Covid. Também me disseram que vão trazer alguns números a respeito da crise que assola a Carris já há alguns anos. Disse para eles também, com muito carinho, com muito respeito, muita humildade que nós temos duas questões distintas aqui. A função de cobrador, ela, por óbvio, está obsoleta, ela tem que ser resolvida - a função do cobrador. Outra questão é a questão dos cobradores, só na Carris são aproximadamente 400 cobradores. O que a bancada do PSL entende? Que a função de cobrador está obsoleta;

em compensação, aos nossos cobradores, nós temos que dar um encaminhamento na própria Carris ou encaminhar uma parte desses cobradores para fazer curso de motorista, para trabalhar como fiscal ou na área administrativa. Nós não podemos abandonar esses 400 cobradores, embora eu repita, a função de cobrador está obsoleta. A função de cobrador, ela interfere em 50 a 80 centavos na passagem de Porto Alegre, que é outra questão que nós vamos ter que enfrentar nos próximos dias. Por isso, quero reforçar aqui e parabenizar os colegas vereadores pela disponibilidade ao debate, um debate progressivo, positivo, olhando para frente sem ataques pessoais. Então, mais uma vez, quero parabenizar aqui o Ver. Alvoni Medina pelo brilhante projeto, vou votar a favor. Pode sempre contar conosco quando forem projetos que vão ao encontro de quem mora em Porto Alegre, independente do partido, independente da cor. Então, em nome dos colegas vereadores, parabéns, meu colega, meu amigo, Ver. Alvoni Medina, pelo brilhante dispositivo.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra para discutir o PLL nº 132/19.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Boa tarde aos meus colegas vereadores e vereadoras, ao público que nos acompanha de casa; inicio aqui parabenizando o Ver. Alvoni Medina pela iniciativa. Eu tive oportunidade de, no governo Tarso Genro, ser uma das proponentes do Centro de Direitos da Pessoa Idosa, um centro de referência de atendimento, acolhimento e orientação à terceira idade e quero dizer que os nossos idosos, eles são passíveis de sofrer diversas violências: violência física, psicológica e financeira. Então, muito importante essa campanha Junho Violeta. E dizer também, não poderia deixar aqui enquanto petista, filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1986, que especialmente hoje é um absurdo ouvir aqui de gestores de todos os níveis aqui, do Município, responsabilizar o Partido dos Trabalhadores pela incompetência de suas gestões. A Carris, ela se tornou a maior e melhor empresa de transporte público do País sob a gestão do Partido dos Trabalhadores. Se hoje ela está com problema financeiro, foi pelo sistema de corrupção a que foi submetida nos últimos anos, inclusive, hoje, que tem diretor lá que está não habilitado para exercer as funções do cargo que ocupa. O PT não está na gestão municipal há quase vinte anos, e os péssimos gestores que sempre buscam a saída mais fácil, eu, para mim, quem vem dizer que para poder salvar a gestão municipal tem que privatizar, é a receita mais fácil e barata que tem para o gestor. Isso é atestado de incompetência! Tu só consegues administrar se tu te desfizeres do bem público e pior, sem consulta pública. Então, responsabilizar o PT é fácil, esse antipetismo barato, dizer que foi o PT que penalizou os aposentados, mas que discurso mais fajuto! Gente, vamos nos respeitar aqui, fazer um debate mais sério! Eu sou suplente de um senador que propôs e criou o Estatuto do Idoso! Vamos nos respeitar! O senador Paulo Paim é senador do Partido dos Trabalhadores. Se as aposentadorias tiveram ganho real, se o

salário mínimo teve ganho real, foram as gestões tanto do Presidente Lula como da Dilma. Dizer que o Presidente Lula está preso! Ele foi injustamente preso, ficou 500 dias preso e, graças à justiça e a Deus, foi absolvido, está sendo absolvido, porque foi preso por uma máfia golpista de Curitiba que hoje está em suspensão; Sérgio Moro, que entregou inclusive patrimônio do País para eleger esse Presidente genocida que nós temos hoje. Então, responsabilizar o PT é um discurso muito fácil. Eu espero mais dos meus colegas vereadores e vereadoras neste momento de crise profunda em que nós precisamos ter um raciocínio mais complexo para enfrentar. Responsabilizar o PT, diz que criaram o antipetismo. O antipetismo para estabelecer os diversos golpes que estão estabelecidos é fácil. A culpa é do PT, não ter responsabilidade nenhuma com isso - vamos parar com isso! Nós respondemos pelas nossas administrações. Quem está no poder responde pelas suas administrações. Recuperamos o transporte público de Porto Alegre, recuperamos o País, porque nas gestões do PT não tinha crise, ninguém passando fome. Tiramos 30 milhões de pessoas da miséria. Agora, para ouvir esses discursos, ninguém é perfeito, mas usar o Partido dos Trabalhadores para justificar as péssimas gestões que os senhores estão fazendo, os senhores e as senhoras estão fazendo, é muito fácil. Se alguém defendeu os aposentados, os idosos neste País, foram as gestões do nosso partido. Agora, essa semana mesmo, segunda-feira, a gente ouviu ameaças aqui na Câmara dizendo que iam aumentar as alíquotas inclusive dos aposentados municipais. Ameaça, chantagem! Aí vem responsabilizar o PT por isso? Respondam pelos seus atos, respondam pelas suas gestões; nós respondemos pelas nossas. O Partido dos Trabalhadores não está na gestão municipal há quase vinte anos. Vocês estão, muitos de vocês estão lá na Presidência da República com o Presidente genocida a partir de golpes - golpe midiático, golpe das *fake news*; então, respondam por isso. O governo é de vocês, não é do Partido dos Trabalhadores. Eu quero dizer que eu, enquanto petista, respondo pelos atos do meu partido; agora, vocês respondam pelo de vocês. Então, dizer, Ver. Alvoni Medina, parabenizar e dizer que a nossa bancada é solidária com o seu projeto, e eu falo aqui também em nome do meu mandato e em nome do mandato do senador Paulo Paim, que tem trabalhado incessantemente na defesa dos trabalhadores, das trabalhadoras, mas sobretudo dos idosos, dos aposentados. Nós somos muito favoráveis, simpáticos ao seu projeto.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 132/19.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente Márcio, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela nossa TVCâmara; nós estamos discutindo o projeto do Ver. Alvoni Medina que é sobre a campanha Junho Violeta contra a violência aos idosos, projeto importante do Ver. Alvoni. E os vereadores aqui acabaram pegando um gancho para falar dos idosos, da importância dos idosos em relação ao transporte público. Agora, a Ver.<sup>a</sup> Reginete falou em relação à previdência e

dizendo que se responsabiliza também pelo seu partido, o Partido dos Trabalhadores, e que ela responde, sim, pelo seu partido e pelos atos do seu partido. E é importante a gente ouvir isso, porque senão ficaria até difícil de a gente fazer, falar sem não tiver ninguém responsável, Ver. Alvoni. E também foi citado aqui, com bastante veemência, pelo Ver. Leonel Radde, dizendo que a Câmara de Vereadores terminou com a passagem gratuita para os aposentados, os idosos, com mais de 60, o que também não é bem assim, como diria meu amigo Ferronato. Nós estamos, Ver. Radde, com um problema sério do transporte público não só em Porto Alegre, no Brasil inteiro. Nós temos várias greves no Brasil inteiro pela dificuldade do transporte público, e Porto Alegre não é diferente. E esse é um problema anunciado. Ao longo dos anos, vem diminuindo o número de passageiros no transporte público e aumentando cada vez mais o transporte individual de carros. E foi bom que a Ver.<sup>a</sup> Reginete disse que responde e defende o seu partido, o Partido dos Trabalhadores, porque o Partido dos Trabalhadores, quando na Presidência da República, ele incentivou e incentivou muito a indústria automobilística; concedeu desconto, subsidiou, subsidiou o transporte individual dos carros e, com isso, nós tivemos um grande aumento do número de carros nas ruas o que diminuiu a quantidade de pessoas utilizando o transporte coletivo. Então, foi um incentivo, uma escolha do Partido dos Trabalhadores, incentivar o transporte individual e não o transporte coletivo. Principalmente, Porto Alegre, aqui eles não nos ajudaram em nada, o governo do PT, ao contrário. Sabe onde eles ajudaram, Ver. Pablo? Sabe onde o PT ajudou? Eu até anotei aqui porque senão a gente acaba esquecendo - números -, é bom anotar. O Brasil, no governo Dilma, investiu U\$ 14,5 bilhões para as empreiteiras construírem fora do País. Eles poderiam ter investido em Porto Alegre. Em Porto Alegre, nós estamos com o transporte coletivo com dificuldades, mas não veio recurso federal para nos ajudar no transporte coletivo. Desde a década de 1970, Curitiba tem o BRT; nós aqui em Porto Alegre não conseguimos ainda implementar o BRT. Um pouquinho desse valor investido do governo do PT fora do País poderia ter implementado o BRT em Porto Alegre; o nosso transporte estaria melhor. Também poderíamos ter investido um pouquinho desses U\$ 14,5 bilhões partes desses recursos foram investidos, por exemplo, na Venezuela, para o metrô de Caracas; foi investido dinheiro, recurso do BNDES, dinheiro do povo! Dinheiro do povo, de imposto, Ver. Claudio Janta, recolhido, que foi para o BNDES para ajudar as pequenas empresas. O governo Dilma investiu 3,5 bilhões no metrô em Caracas, não foi em Porto Alegre. Poderia ter sido em Porto Alegre para os nossos idosos andarem, mas o PT preferiu investir em Caracas! Também investiram recursos do governo, do BNDES, recursos do povo, porque recursos do povo, do pagador de impostos, foram investidos também num Aeroporto Internacional de Nacala, em Moçambique, U\$ 125 milhões e pior ainda, Ver. Claudio Janta, o aeroporto é fantasma, não desce avião. Dinheiro do Brasil, recurso dos pobres dos idosos que eles tanto defendem, que o PT defende pobre, mas investe é em rico. Investiram bilhões, bilhões fora do País, Ver. Claudio Janta, e depois vêm aqui dizer, outro dia estavam falando de recursos que o prefeito Melo mandou aqui um projeto para a Câmara. Não, tem que ser para microempresa! O discurso é para microempresa, mas o investimento é para a Odebrecht, é para a JBS, é para os

campeões do Brasil, é lá que está o dinheiro do povo. O discurso é para o pobre, mas as ações não são para quem precisa, Ver. Claudio Janta. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereadora Reginete Bispo (PT):** Presidente, por gentileza, por favor. Eu quero dizer para o Ver. Mauro Pinheiro que nós fizemos a nossa parte. A culpa não é nossa, se tem uma gestão municipal horrível, se as últimas gestões foram dessa forma. Então, eu também peço agora para o Ver. Mauro Pinheiro que o governo Bolsonaro invista, como, por exemplo, para criar o metrô de Porto Alegre, invista no sistema de transporte público. Você faz parte da Prefeitura e do governo federal, Mauro.

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Requerimento):** Quero solicitar que a gente faça a reunião conjunta das comissões, para que a gente possa votar o parecer conjunto para contratação emergencial. Acredito que temos acordo de todas as lideranças para entrar na reunião conjunta das comissões, especificamente sobre esse tema, para liberar o parecer, para que possamos votar o projeto na próxima sessão.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente, eu falei agora há pouco com o Ver. Camozzato e dei acordo. Eu acho importante que possamos votar o parecer conjunto.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o PLL n° 132/19. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 132/19.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Eu venho aqui nesta tribuna para encaminhar a votação do projeto de lei, pelo partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, composta de quatro aguerridos, que constroem esse partido junto com outros tantos que atuam para o povo trabalhador. Nós não viramos as costas para o PT.

Com relação ao Sr. Mauro Pinheiro, eu só posso dizer: quem lhe viu, quem lhe vê. Eu até vou procurar direitinho no financiamento das suas campanhas, quando as empresas ainda podiam doar, se não tem doação da Odebrecht, da Friboi e de outros tantos. É feio cuspir no prato que comeu. O senhor surfou na onda do lulismo, da Dilma, das políticas públicas, como o Brasil Sorridente, que levou saúde bucal para centenas de milhares de idosos dos rincões rurais do Brasil; como o Luz para Todos, que levou energia para as pessoas que passaram 60, 70 anos sem ter luz elétrica; como o Minha Casa Minha Vida, cujas pessoas tiverem um lar, receberam suas chaves - tem foto do senhor nas entregas das casas do Minha Casa, Minha Vida, Ver. Mauro. O passado não dá para apagar, está nos anais. E eu quero dizer mais: lá na Zona Norte, o senhor não foi na inauguração da UPA da Av. Assis Brasil, que o PT construiu?

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Não foi? Mas que incrível.

Mas eu quero dizer mais ainda: foi muita coisa que a Dilma e o Lula fizeram pelo PT. Colocaram o país como 31º lugar no mundo, pois era o governo que mais entregava renda para os idosos. Está nas pesquisas de 2014: 50% da população de idosos do Brasil votaram na reeleição da Dilma, uma reeleição difícil. E o seu candidato Bolsonaro não sei como estava naquela época, mas eu sei como está agora: o Bolsonaro empilha corpos de idosos em todos os municípios desse Brasil. São quase 500 mil. Esse é o bolsonarismo. E aí alguns vereadores, como o Medina, dizem aqui que vão apoiá-lo, já que ele é contra a violência com os idosos. Mas a verdade é que eles se coadunam aos governos violentos, que tiram renda dos idosos. O aumento do salário mínimo, Ver. Mauro Pinheiro, ficou abaixo da inflação, e os idosos não conseguem comprar remédios, colocar um pedaço de frango na mesa, eles estão escolhendo entre arroz, feijão ou frango, eles não comem mais carne de gado, aliás, nem a carne moída de segunda eles conseguem comprar com um salário mínimo. É fácil vir aqui dizer que apoia o governo e falar mal do PT, só que o Brasil quer o PT de volta, quer o Lula de volta, para parar de passar fome, de morrer na fila do Sine, sem conseguir assinar uma carteira. Porque na época do PT nós tínhamos emprego, nós tínhamos renda, nós tínhamos felicidade! Os idosos de Porto Alegre cansaram! E o senhor apoiou o Marchezan, que retirou os idosos de 60 a 65 anos do transporte público. O senhor veio aqui e disse: "não vão mais circular de ônibus, fiquem em casa, pois não estão trabalhando"! É assim que eles tratam os idosos, que construíram tudo que a gente tem nessa sociedade, é assim que eles tratam quem constrói o serviço público na capital, querendo aumentar o tempo de idade para aqueles que podem se aposentar. "Fiquem lá mais um pouco, não basta contribuir por 30, 40 anos; tem que contribuir com mais, tem que ficar mais tempo". E, de preferência, se não se aposentar, melhor para eles, se morrer antes de se aposentar, melhor para eles. Porque eles vêm para cá e dizem: "assim eu vou conseguir fazer a obra da pracinha, pintar o meio-fio". É vergonhosa a demagogia rasa, sem os dados históricos. Mas esta tribuna é democrática, aqui cabe tudo. Agora, cidadão, você que está nos assistindo, viu aqui o desfile de inverdades e de seleção de dados. Eles selecionam para os seus interesses pontuais, momentâneos, pois não interessa para eles que o povo brasileiro tenha dignidade, muito menos os idosos. Se para o trabalhador eles oferecem reforma da previdência, reforma trabalhista, agora reforma administrativa... Vacina eles não querem e ainda vieram para cá dizer: "Radde, o teu projeto, do PT, de vacinar todo o serviço essencial, não vale mais". Como não vale? O trabalhador de supermercado não foi vacinado, o frentista não foi vacinado, os idosos que estão trabalhando foram vacinados porque estão no calendário, mas, se não estivessem no calendário, eles também não teriam se vacinado. E tem muito idoso trabalhando, complementando renda, porque vocês não ajudam a desatramancar o Brasil. Vocês ainda estão no barquinho do Bolsonaro. Abandonem esse barquinho, que já afundou. O Witzel, na CPI, está colocando uma pá de cal. E ele era bolsonarista, tem uma foto dele com Bolsonaro com uma mão por cima da outra. Bobadra, a coisa está feia em Brasília. Então, não se associem, defendam os idosos, defendam políticas para os idosos. Só demagogia não constrói Porto Alegre; Porto Alegre precisa da verdade,

cidadão, e nós estamos aqui para fazer o contraponto e trazer a verdade para vocês também. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 132/19.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente, rapidamente, saudando as pessoas que estão nos acompanhando, eu subi aqui, Ver. Medina, para lhe parabenizar, pela sua iniciativa. Eu iria me ater a pauta sobre a instituição da campanha do Junho Violeta e também sobre a questão comemorativa de conscientização - por causa da preocupação que V. Exa. tem, no seu mandato, em defender a qualidade de vida da população da melhor idade de Porto Alegre -, para dizer que votaremos a favor, porém, infelizmente, depois de ouvir, novamente, o Ver. Jonas, eu decidi rebater algumas coisas.

Vereador Jonas, ninguém tem memória curta e ninguém faz nada de forma seletiva, aqui, além do senhor. O ex-presidente Luiz Inácio aparece num vídeo, dizendo que funcionário público é vagabundo e que quem trabalha são os políticos - eu tenho esse vídeo, posso colocar aqui no telão para o senhor assistir -, mas, agora, vem o PT e diz que nós retiramos o direito dos idosos ao passe livre. Pois eu lhe digo que nenhum idoso de Porto Alegre teve o seu benefício retirado, Ver. Jonas. O que nós tínhamos, no Brasil, era uma exceção à idade da população de 65 anos, que tinha o passe livre garantido, e nós, como disse muito bem a Comandante Nádia, colocamos a legislação nacional a ser cumprida, respeitando aqueles que já tinham o direito adquirido de andar livremente nos ônibus, quais sejam, aqueles de 60 a 64 anos, com exceção daqueles com 65 anos ou mais, porque assim a regra determinava. Quem tinha 60 a 64 anos não perdia o seu direito. Então, o seu discurso é uma falácia, uma distorção, que o PT adora fazer quando está falando. E eu quero pedir um favor ao Ver. Jonas Reis: pare de viver no mundo de Nárnia, um mundo onde o senhor vive. Só pode. O senhor vem aqui, faz um teatro, fala na população de Porto Alegre, mas mente, falta com a verdade repetidas vezes. Venha para o mundo real, Ver. Jonas, e lembre, sim, o que o PT fez, quando encampou aqui nesta cidade, quebrando o modal do transporte público, fazendo com que os demais tivessem que pagar o rombo que o seu desgoverno fez. O senhor, que não olha, quando a gente lhe responde, sobe aqui fala o que quer e só ouve o que deseja.

Presidente, para encerrar, quero falar dos ataques proferidos ao nobre colega Ver. Mauro Pinheiro, sobre o Ver. Mauro ter saído do partido e ido para outro partido, que eu aprendi muito cedo, com o meu avô, Renato Guimarães da Silva, que errar é humano, mas persistir no erro é burrice, assim como V. Exa. faz até hoje.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 132/19, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Eu queria saudar os vereadores e vereadoras, o nosso Presidente, os cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa Sessão. É verdade que o tema do projeto de lei, de autoria do Ver. Medina, acabou extrapolando a discussão, com agressões descabidas por parte de alguns vereadores, uma vez que todos conhecem o que cada governo fez pelo Brasil, para os brasileiros, mas apresentam aqui uma fala negacionista. Quando a gente conhece as coisas, e não percebe, ou quando a gente pode fazer as coisas e não faz, o discurso acaba sendo um discurso deslocado, antidemocrático e negacionista.

Eu tenho o maior respeito pelo Ver. Mauro Pinheiro, somos amigos há muito tempo, divergimos na posição política, mas, quando ele fazia parte do nosso partido, ele fazia discursos acalorados na defesa do PT e de programas importantes constituídos desde o primeiro governo do nosso grande companheiro Lula. E eu queria lembrar a ele, bem como aos demais colegas vereadores e vereadoras, que, nesse sentido, o Brasil nunca teve políticas sociais que aproximassem... (Problemas na conexão.) ...tamanho desigualdade, como aconteceu nos governos da Dilma e do Lula. É só comparar com os demais governos. Eu vou citar alguns deles, porque é lamentável que as pessoas não reconheçam: Luz para Todos, Água para Todos, auxílio emergencial, auxílio gás, Bolsa Atleta, Bolsa Estiagem, Bolsa Família, Cadastro Único, Bolsa Verde, Bom Prato, Brasil Alfabetizado, Brasil Carinhoso, Brasil sem Miséria, Caixa - Auxílio Emergencial, para os que queriam construir nas suas pequenas residências; Cheque Cidadão, Programa Comunidade Solidária, Escola da Família, Favela-Bairro, Fundação de Amparo ao Trabalhador, lista das unidades federativas do Brasil por iniciativas contra a pobreza, Luz no Campo, Mais Médicos, as UPAs, Minha Casa Minha Vida, Operação Pipa, Orquestra Criança Cidadã, Pátria Voluntária, política de cotas no Brasil, Pontos de Cultura, Agora, é Avançar; Criança Feliz, Alimentação do Trabalhador, Fome Zero, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, mais de 300 novas escolas técnicas pelo Brasil, o que deu a possibilidade a milhões de estudantes de concluírem um curso técnico e terem emprego; Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, Restaurante Popular; Universidade para Todos, quantas universidades novas? Eu poderia continuar dizendo inúmeras outras iniciativas dos governos Lula e Dilma. Apresentem para mim algum programa deste governo negacionista que está aí, que deverá ser impichado pela CPI do Senado tamanha ousadia e falta de criatividade de lutar pela vida dos brasileiros. É nesse sentido, Ver. Medina, e peço mil desculpas por não ficar atento ao seu projeto de lei, que tem todos os seus méritos, no qual nós votaremos favoravelmente. Mas tem companheiros, tem colegas que não reconhecem tantas coisas boas feitas pelo Brasil afora no nosso governo. Nós estamos voltando, é por isso que muita gente tenta desvirtuar com tamanha ironia e radicalismo, que não consegue ver. É preciso ter coragem para dizer certas coisas, mas é preciso lembrar do

quanto foram importantes os governos da Frente Popular tanto aqui, na nossa querida cidade, como também no governo federal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 132/19.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Que país é esse? Onde está esse país, Ver. Oliboni? Eu quero saber. Onde está a indústria nacional, que foi destruída e precarizada? No Brasil, hoje, se tem montadora, não se tem fábrica: é montadora de carro, montadora de moto, montadora de móveis. Onde está a planta industrial do Brasil? Ninguém questionou o que o Ver. Mauro Pinheiro disse sobre recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que foram levados para outros países sem garantia nenhuma. Aqui fala alguém com muita – olhem bem, Ver. Jonas, Ver. Oliboni –, alguém com muita autoridade de falar no BNDES, muita autoridade, porque, até 2010, eu fui do conselho de administração do BNDES. Olhem só, este peão velho aqui no conselho de administração do BNDES. Lá o único conselheiro que não foi chamado para depor na CPI do BNDES fui eu, porque eu não votei em nenhum desses empréstimos internacionais. Não pode uma empresa nacional ter que dar garantias bancárias para tirar um empréstimo no BNDES, o que o seu governo impôs, enquanto uma empresa internacional leva o nosso dinheiro em dólar para fora. Nós podíamos ter construído hidroelétricas no Brasil, nós podíamos ter construído aeroportos nos rincões para levar a produção, nós podíamos ter feito uma série de coisas. O Bolsa Família é necessário? Claro que é necessário, e muito necessário, necessário demais no agreste do Brasil. Lá no agreste do Piauí, no agreste do Maranhão, de Pernambuco é necessário, muito necessário. Agora, nas regiões urbanas, o Bolsa Família tinha que vir acompanhado de empregabilidade, o Bolsa Família tinha que vir acompanhado de critérios para essas pessoas arrumarem emprego, como os cursos de qualificação que o seu governo acabou. O seu governo acabou com os cursos de qualificação que eram dados pelo Codefat, que preparavam e qualificavam trabalhadores no Brasil inteiro. Nós fizemos um projeto, a Força Sindical do Rio Grande do Sul, da qual eu era presidente, e fizemos em vários presídios do Rio Grande do Sul, recuperando as pessoas que, muitas vezes, estavam lá por contingências, não eram bandidos. O momento levou eles a cometerem algum pequeno delito, muitos até por falta de dinheiro para pagar pensão alimentícia estavam lá. Nós qualificamos as pessoas, e o seu governo acabou com isso. Não vamos falar no “que país é esse, a ilha de Caras”, vamos falar da realidade, do dia a dia de quem tinha que sair de casa para sustentar, chegou lá, e a sua empresa, para pegar um empréstimo no BNDES, tinha que dar garantia bancária. Era geralmente de bancos privados, porque, no banco público, Caixa Econômica e Banco do Brasil, para tu teres essa garantia, tu tinhas que ter um movimento de conta igual ao banco privado, com dificuldade de ter a abertura dessa conta. Mas, lá para fora, o dinheiro ia à gandaia, lá para fora, o dinheiro ia sem

necessidade, sem comprovação da empregabilidade. Nós, se vivêssemos o grande emprego, se tivéssemos fortalecido a indústria nacional – indústria nacional, não montadoras – beneficiando o nosso ferro, beneficiando o nosso aço, que foi mandado para fora por acordos com as montadoras chinesas... As indústrias transformaram o Brasil numa grande montadora, e o emprego foi sucateado. Por isso tem tanta coisa: bolsa disso, bolsa daquilo, bolsa não sei do quê, porque não tem emprego. Quando tem emprego, não precisa de esmola, ninguém quer esmola. O maior orgulho de um trabalhador é a sua carteira assinada, esse é o maior orgulho de um trabalhador. Não é chegar lá e ir para uma fila para receber carimbo que recebeu rancho, que recebeu não sei o quê, auxílio não sei do quê. Não é isso. O orgulho do trabalhador é chegar em casa e botar na mesa o dinheiro que trouxe para a sua família do suor do seu trabalho. Precisa de bolsa? Precisa de bolsa lá no agreste, onde vocês não botaram uma fábrica, um beneficiamento.

Precisa de bolsa? Precisa na região oeste do nosso Estado, onde vocês não conseguiram beneficiar nem um grão da soja, não conseguiram nem descascar um arroz, fazer uma indústria lá para descascar o arroz. Aí precisa. Vocês ficaram 16 anos no governo. Pega o que tinha de emprego, qualidade de emprego e pega o que tem de emprego hoje, subemprego. Aí tem que dar um monte de coisas para as pessoas. Tem que dar bolsa para tudo quanto é coisa, bolsa para respirar tem que dar. Se existe um sucateamento da indústria nacional deste País, quem o fez foi o seu governo. Quem não permitiu que a pessoa trabalhasse e tivesse uma aposentadoria decente – hoje ganha R\$ 6 mil no máximo do teto do teto do teto – foi o seu governo, que acabou com o direito dos aposentados, jogou todos na vala comum. Então, por favor, fazer propaganda de bolsa para tudo, fazer propaganda do Minha Casa Minha Vida, pergunte se as pessoas ainda querem o Minha Casa Minha Vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o PLE nº 132/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão suspensos os trabalhos para a realização de reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h03min.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 18h12min:** Estão reabertos os trabalhos.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0946/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 084/18**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que altera o *caput* do art. 1º da Lei nº 11.235, de 27 de março de 2012, modificando o período de realização da Feira Temática de Artesanato do Mercado Público de “de abril a dezembro” para “de janeiro a dezembro”. (SEI 004.00058/2020-10)

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

**Parecer Conjunto:**

- da **CEFOR, CUTHAB, CECE e CEDECONDH**. Relatora-Geral Ver<sup>a</sup> Daiana Santos: pela aprovação do Projeto.

**Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 31-05-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLL nº 084/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúde o nobre Presidente, colegas vereadores e vereadoras, este projeto de lei dialoga também com o idoso, com o desempregado, com aquele que busca, através do artesanato, uma renda para complementar a sua receita, o seu sustento familiar. Nós temos, em Porto Alegre, mais de 10 mil artesãos, poucas feiras e espaços para absorver essa quantia enorme de trabalhadores que estão dentro da economia solidária. Por incrível que pareça, as feiras que nós temos já institucionalizadas pelo poder público, muitas por iniciativa de vereadores e vereadoras, como o Brique da Redenção aos sábados e domingos, como é a feira do Mercado Público, a da Usina do Gasômetro, e tantas outras feiras nas praças e parques em Porto Alegre. Essa demanda veio depois de uma discussão com os artesãos que ficam no Mercado Público, entrando à esquerda, onde há uma feira permanente de março a dezembro de cada ano, e que eles solicitam que se estenda também para janeiro e fevereiro. Na ocasião, quando veio essa demanda, nós fizemos reunião com os permissionários, com os artesãos, e há, sim, consenso de que esse espaço seja ocupado permanentemente na medida em que há uma extensão que se tem ali em torno de 12 a 13 artesãos e que ficam ao longo do ano se alternando e fazendo uma escala junto aos permissionários na viabilidade de ações alternativas para muitos outros artesãos e artesãs exporem ali o seu trabalho. Não são sempre os mesmos, eles mudam de semana a semana, e, por isso, é de extrema importância nós continuarmos com esse trabalho de inclusão e de acesso à exposição, à venda da sua arte, do seu trabalho como renda complementar. Por isso peço a colaboração dos colegas vereadores que conhecem já o local, que têm interligação com os artesãos, e essa é uma ação concreta e solicitada já há

um bom tempo. Peço apoio dos vereadores para votarmos por unanimidade, uma vez que é um projeto de inclusão e de reconhecimento dessa categoria, inclusive, com o auxílio emergencial, ficou fora, depois acabaram alguns conseguindo pelo Fundo Nacional de Cultura ou alguma coisa, mas que estão aí à mercê de políticas públicas. Muito obrigado, conto com o apoio de todos.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum solicitada pela Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.)

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Diretor Luiz Afonso, estou dando a presença e registrando o seguinte: há uma tradição nesta Casa que foi quebrada recentemente pelo Ver. Claudio Janta e hoje, novamente, pela Ver.<sup>a</sup> Nádia: aquele que pede a verificação de quórum dá presença. Eu não estou reivindicando que tenha que ser assim sempre, e não estou dizendo que seja ilegal pedir verificação de quórum, apenas estou registrando que essa tradição não existe mais. Eu dou presença. Obrigado, Presidente.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) Dez Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h23min.)

\* \* \* \* \*